



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
PEDAGÓGICA

EBI/S DAS FLORES

2005

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Introdução	3
Objectivos	4
Metodologia	5

CAPÍTULO II

1 - Caracterização da escola	8
Identificação	8
Regime de funcionamento	8
Órgãos de administração e gestão	8
2 - População escolar	9
Distribuição da população escolar	9
Educação pré-escolar	10
Dimensão e constituição de turmas	11
Apoios socioeducativos	13
Enquadramento sociocultural das famílias	14
3 - Recursos humanos	16
Caracterização do pessoal docente	16
Distribuição do serviço docente	18
Caracterização do pessoal não docente	18
Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação ...	19
4 - Recursos físicos	23
Espaços	23
Equipamentos.....	23
Qualidade e bem-estar das instalações	24

5 - Recursos financeiros	26
Distribuição dos recursos financeiros da escola	26
6 - Projecto curricular	27
Ofertas curriculares	27
Cumprimento de programas	28
Tempo dedicado às aprendizagens	28
Apoio educativo	30
Formação de professores	30
7 - Contextos educativos	31
Participação da comunidade na vida da escola	31
Incidentes críticos	32
Participação da comunidade educativa nas decisões	32
Trabalho cooperativo entre professores	35
8 - Resultados dos alunos	36
Taxa de abandono real	40
Percurso escolar de uma geração de alunos	40
Ensino secundário	41

CAPÍTULO III

A – O desempenho da escola	42
Instrumentos de autonomia da escola	42
Funcionamento dos órgãos de gestão	46
Outros aspectos	50
B – Recomendações	53
Anexos	60

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A auditoria pedagógica, prevista na alínea a) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, é uma modalidade de intervenção que permite uma dinâmica de controlo pedagógico, por uma equipa inspectiva, articulando a avaliação interna da escola com a avaliação externa.

Esta actividade realiza-se em conformidade com determinadas normas, métodos, procedimentos e princípios reconhecidos e aceites. Tem como objectivo expressar opinião sobre a correcção, a clareza e a suficiência das situações e documentos objectos de análise, servindo para conhecer pontos fracos existentes ao nível do controlo interno da unidade orgânica auditada e exercer acção pedagógica e de controlo sobre a mesma sem, contudo, ter como objectivo detectar erros e fraudes.

Enquadra-se assim, numa filosofia que, sem esquecer a conformidade normativa, privilegia não só a compreensão das soluções e das iniciativas das escolas, como a necessidade de contextualizar certos aspectos, como a garantia de um melhor funcionamento e de melhores resultados no âmbito das respectivas autonomias.

Para além disso, a auditoria é, em si mesma, uma estratégia de diagnóstico e de resolução de problemas, com capacidade mobilizadora das comunidades educativas.

Assim sendo, contribui para melhorar a qualidade da educação, na medida em que permite a realização de um processo que é continuamente construído e reflectido.

Tratando-se de uma auditoria de carácter parcelar, o seu objecto centrou-se na organização do processo de avaliação dos alunos ao nível das disciplinas de Língua Portuguesa e de Português, quer na vertente pedagógica quer na organizacional, por constituir uma área de formação transdisciplinar, no âmbito do ensino básico.

A escolha desta área prendeu-se, ainda, com a importância que o processo de avaliação dos alunos desempenha no contexto do ensino/aprendizagem, sem esquecer que a avaliação, como elemento integrado, integrante e regulador da prática educativa, permite a recolha sistemática de informações, destinadas a apoiar a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

OBJECTIVOS

A auditoria teve como objetivos:

- 1.** Analisar o modo como a Escola Básica Integrada com Ensino Secundário das Flores organiza o processo de avaliação dos alunos.

Para isso foi necessário verificar se:

- Os documentos consolidadores da autonomia da escola contemplavam o domínio da avaliação dos alunos;
 - Os critérios gerais de avaliação estavam definidos ao nível do conselho pedagógico, operacionalizados em conselho de departamento/grupo/disciplina /núcleo e aplicados em conselho de turma e de núcleo;
 - Os critérios definidos contemplavam o domínio dos conhecimentos, competências, atitudes e valores;
 - Os alunos e encarregados de educação eram intervenientes no processo de avaliação, de acordo com normas previstas no Regulamento Interno;
 - Eram praticadas diferentes modalidades de avaliação;
 - Eram utilizados meios de avaliação adequados e diversificados;
 - Eram utilizadas diversas modalidades de apoio educativo;
 - Os registos de avaliação dos alunos eram elaborados com clareza e em linguagem compreensível para os pais/encarregados de educação;
 - A escola reflectia sobre os resultados obtidos pelos alunos;
 - Essa reflexão conduzia a alterações na organização do processo de ensino/aprendizagem.
- 2.** Fomentar procedimentos indutores da auto-avaliação da escola, através da avaliação externa, com vista ao controlo da qualidade educativa.

METODOLOGIA

A acção compreendeu a revisão e actualização prévias do material constante dos Cadernos I e II.

O Caderno I reúne um conjunto de materiais de suporte teórico e organizativo do projecto de Auditoria, com carácter de documento orientador. É um manual de apoio aos inspectores auditores, bem como aos agentes das próprias escolas, ao mesmo tempo que funciona como documento de registo da informação recolhida pela escola. Esta recolha constituiu uma fase de auto-avaliação da escola e serviu de base ao trabalho dos inspectores auditores.

O caderno II constitui o roteiro de trabalho da equipa inspectiva no terreno e contém a indicação do tipo de informação a obter.

A auditoria iniciou-se com o envio, pela Inspecção Regional de Educação, do ofício n.º 175, de 21 de Março de 2005, a informar a unidade orgânica da sua selecção para o projecto de auditoria, bem como da data da primeira reunião a realizar com as respectivas estruturas.

Tendo-se verificado impedimentos relacionados com a instabilidade atmosférica, foi dirigido novo ofício à unidade orgânica em referência, a transferir a acção para data posterior, procedimento este feito através do ofício n.º 253, de 24 de Maio de 2005, pela entidade supra-referida.

Assim, e de acordo com os procedimentos a que uma auditoria deve obedecer, a reunião de apresentação da auditoria à comunidade educativa foi efectuada no dia 11 de Abril de 2005 pelas inspectoras Maria Filomena Tavares Silva de Medeiros e Maria Guiomar Horta Lopes, com a presença do Inspector Regional de Educação.

A auditoria realizou-se na unidade orgânica de 30 de Maio a 2 de Junho de 2005.

No âmbito do trabalho de campo procedeu-se:

1- À análise de documentos:

- Projecto Educativo da Escola (P.E.E.);
- Plano Anual de Actividades (P.A.A.);
- Regulamento Interno (R.I.);
- Actas da Assembleia de Escola;
- Actas do Conselho Executivo;
- Actas do Conselho Pedagógico, a partir de Março de 2003;
- Actas do Departamento de Língua Portuguesa e Clássicas;
- Actas da Coordenação dos Directores de Turma;
- Actas de Conselhos de Turma;
- Actas dos Conselhos de Núcleo;
- Actas do Conselho de Núcleo da Educação Especial;
- Projecto Curricular de Escola;
- Projectos Curriculares de Turma;
- Pautas do 1.º período de duas turmas por ano de escolaridade;
- Capas de registo das actividades das crianças da educação pré-escolar;
- Cadernos de registo diário das actividades dos alunos do 1.º ciclo;
- Cadernos de registo diário de actividades dos alunos, relativos às disciplinas de Língua Portuguesa dos 2.º e 3.º ciclos e de Português do ensino secundário;
- Processos individuais de alunos
- Dossiês de Directores de Turma;
- Dossiês das disciplinas de Língua Portuguesa e de Português;
- Livros de registo de sumários;

2- A entrevistas a elementos da escola:

- Presidente da Assembleia de Escola;
- Presidente do Conselho Executivo;
- Presidente do Conselho Pedagógico;
- Coordenador de Directores de Turma;
- Directores de Turma;
- Coordenadores de Núcleo;
- Presidente da Associação de Pais.

Concluído o trabalho de campo, a equipa elaborou o pré-relatório, o qual foi enviado à unidade orgânica, para contraditório, aos 8 dias do mês de Agosto de 2005, através do ofício n.º 403 do senhor Inspector Regional de Educação.

O pré-relatório apresentou uma primeira síntese da observação e das recolhas feitas, a fim de possibilitar um confronto de opiniões, uma vez que se tratava de uma visão externa da escola a ser confrontada com a visão interna da mesma.

CAPÍTULO II

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Identificação: Escola Básica Integrada com Ensino Secundário das Flores

A Escola Básica Integrada com Ensino Secundário das Flores situa-se na Rua Santa Catarina, 9970-336 Santa Cruz, Concelho de Santa Cruz das Flores, com os telefones n.ºs 292592362/292592138/292592444, fax n.ºs 29292542095/292592444 e correio electrónico: **ebis.flores@azores.gov.pt**

Atendendo à grande dispersão geográfica que caracteriza a Ilha das Flores, esta unidade orgânica serve uma população escolar oriunda de meios tipicamente rurais, dispersos, abrangendo os estabelecimentos de educação e ensino de Ponta Delgada, Cedros, Lomba, Fazenda, Fajã Grande, Lajes e a Escola Básica 1,2,3/II/S Pd. Maurício de Freitas.

Regime de funcionamento

Todos os estabelecimentos funcionam em regime normal, iniciando a sua actividade às 09:00 horas e terminando-a às 16:45 horas, interrompendo para almoço das 12:20 às 13:30 horas.

O tempo real de abertura semanal da escola é de 36 horas e 15 minutos, conforme os dados fornecidos pela Escola.

Órgãos de administração e gestão

Os órgãos de administração e gestão da escola encontram-se devidamente instalados e desempenham as suas competências de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio, então em vigor, e mais recentemente pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, que estabelece o Regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores.

2 - POPULAÇÃO ESCOLAR

A população escolar da **EBI/S das Flores**, aqui referenciada ao final do 1.º período do ano lectivo de **2004/2005**, é constituída por um total de **589** alunos, sendo **94** da educação pré-escolar, **181**, **86** e **115** do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, respectivamente, e **113** do ensino secundário.

Distribuição da população escolar

Os gráficos 1 e 2 apresentam a população escolar que a EBI/S das Flores abrange.

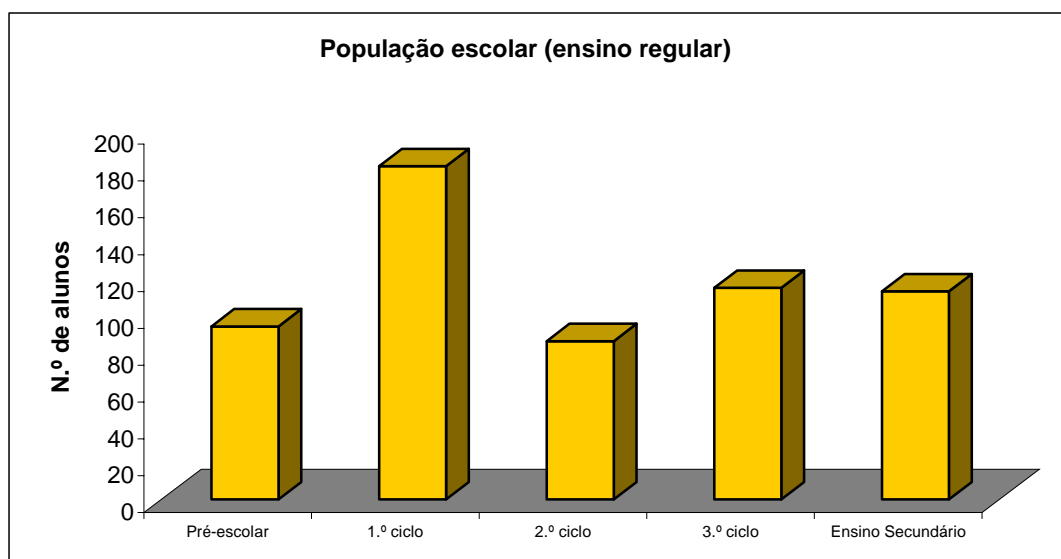


Gráfico 1

Da leitura do gráfico 1, verifica-se a existência de um número considerável de crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, o qual considerado na sua totalidade, se apresenta mais elevado, quando comparado com o dos restantes ciclos.

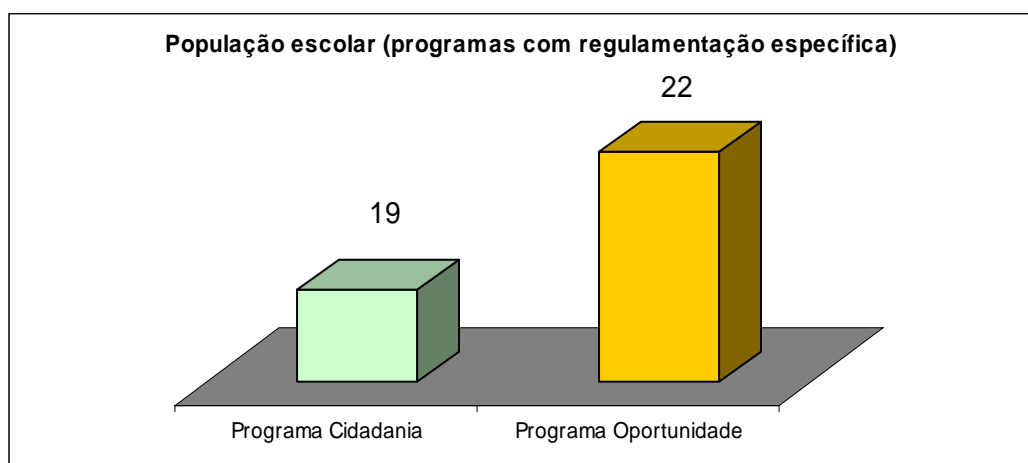


Gráfico 2

Da leitura do gráfico 2, verifica-se a existência de um número equilibrado de alunos que beneficiam das ofertas que os programas com regulamentação específica apresentam existindo **1** aluno no sub-programa Ocupacional, **11** no Sócio-educativo e **7** no Despiste e Orientação Vocacional. No âmbito do Programa Oportunidade existem **6** alunos que frequentam o sub-programa Integrar e **16** o Profissionalizante.

Educação pré-escolar

Crianças inscritas e admitidas

Quadro 1

Idades	Total de crianças inscritas	Total de crianças inscritas pela 1.^a vez	Total de crianças admitidas	Total de crianças admitidas pela 1.^a vez
3 anos	23	23	23	23
4 anos	38		38	
5 ou + anos	31		31	
Total	92	23	92	23

Pela leitura do quadro 1, percebe-se que o total de crianças inscritas corresponde ao total de crianças admitidas. Da mesma forma, constata-se que o total das crianças inscritas pela 1.^a vez corresponde ao total das crianças admitidas pela 1.^a vez, o que nos permite concluir que a EBI/S das Flores consegue cobrir a educação pré-escolar da área geográfica que serve.

Distribuição de crianças por grupo

Quadro 2

	Total de grupos	<= 9	10 a 14	15 a 19	>= 20	N.º de crianças por grupo
N.º de grupo	7	1	-	2	4	Min. 7 Max. 20

Da leitura do quadro 2, verifica-se que a distribuição das crianças na educação pré-escolar, por grupos, oscila entre o número de crianças inferior ou igual a nove e um número de crianças superior ou igual a vinte, predominando estes últimos.

Não existem grupos constituídos por um número de crianças entre dez a catorze.

Dimensão e constituição de turmas

A dimensão e a constituição de turmas reflectem a existência de grupos de pequenas dimensões, considerando a redução deste tipo de população. Todavia, obedecem ao regulamentado, nomeadamente no que respeita a alunos retidos e com necessidades educativas especiais.

A distribuição das turmas no gráfico 3 permite-nos uma leitura mais cuidada da mesma.

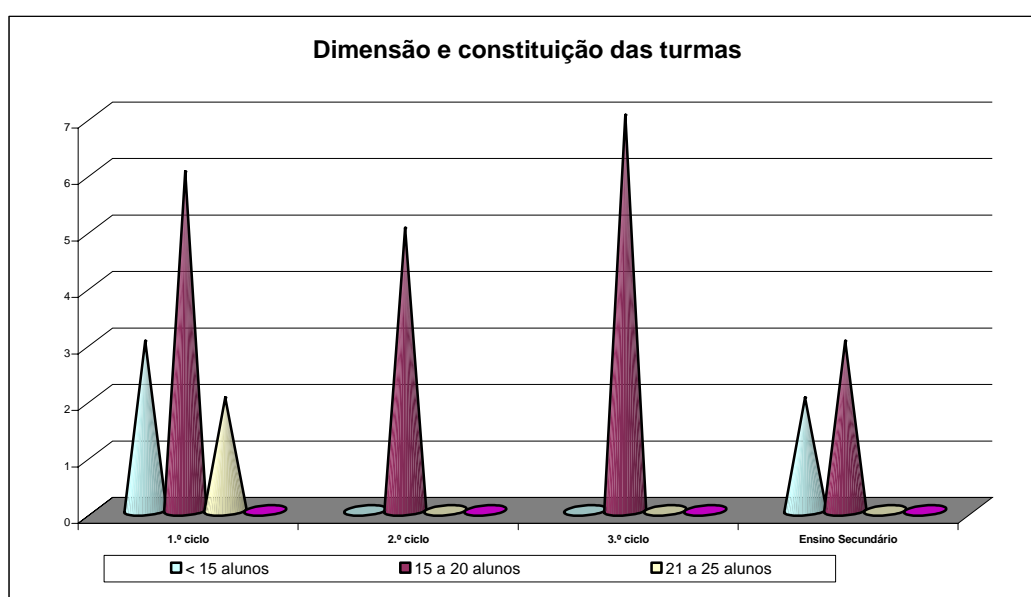


Gráfico 3

Número mínimo e máximo de alunos por turma

As 7 turmas do 1.º ciclo são constituídas por um n.º de alunos que oscila entre os **7** e os **22**, verificando-se uma predominância de turmas constituídas por um número de alunos que oscila entre os **15** a **20**.

As turmas dos 5.º e 6.º anos são constituídas por um número de alunos que oscila entre os **16** e os **20**.

No 3.º ciclo do ensino básico, as turmas são constituídas por um número de alunos que varia entre os **15** e os **19**.

Tanto no 2.º como no 3.º ciclo, o número de alunos por turma situa-se no parâmetro **15 a 20**.

No ensino secundário as turmas da formação geral são constituídas por um número mínimo de **3** alunos e máximo de **16**; as da formação específica, por um mínimo de **3** e um máximo de **16** alunos, distribuídos pelos agrupamentos 1, 3 e 4.

O gráfico 4 reúne a situação do número máximo e mínimo de alunos por turma, não só por ciclos como a nível do ensino secundário, dando uma visão global da **EBI/S das Flores** neste domínio.

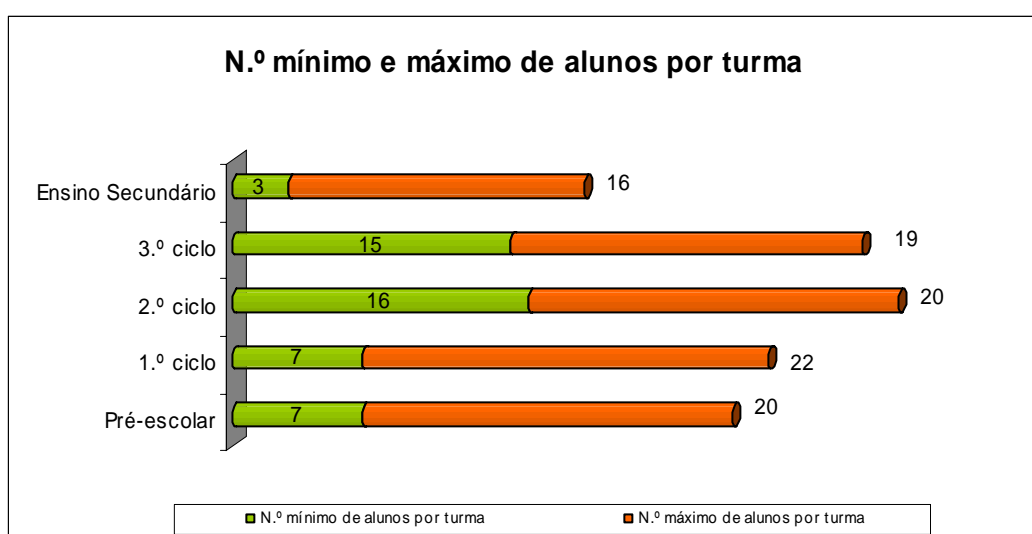


Gráfico 4

N.º mínimo e máximo de alunos retidos por turma

A leitura do gráfico 5 permite-nos verificar que o número de alunos retidos por turma varia entre **0** a **8** no 1.º ciclo, de **0** a **4**, no 2.º ciclo e de **1** a **7** alunos no 3.º ciclo.

No ensino secundário, encontramos uma oscilação entre **0** e **12** e **0** e **16**, na formação geral e na específica, respectivamente.

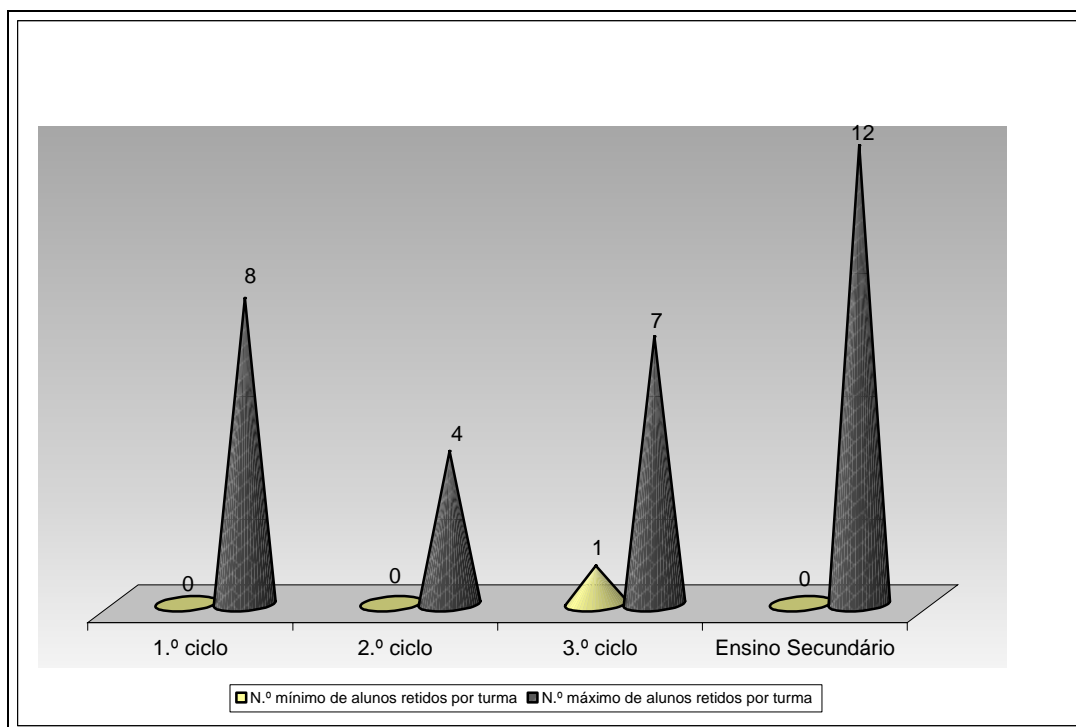


Gráfico 5

Apoios socioeducativos

Nesta escola verifica-se que **193** alunos beneficiam de auxílios económicos directos, (AED), sendo servidas semanalmente **225** refeições subsidiadas de um universo de **625** refeições servidas aos alunos durante a semana, o que corresponde a **36%**.

O transporte subsidiado é o que se prende com o transporte de alunos com circuito especial (táxi), beneficiando **22** alunos.

Enquadramento sociocultural das famílias

Nível de escolaridade dos pais

Neste âmbito é de referir que num universo de **757** pais e mães, em que **364** corresponde à quantidade de pais inquiridos e **393** às mães inquiridas, do total apenas **24** apresentam habilitações académicas ao nível do ensino superior e **395** possuem apenas o 4.º ano de escolaridade.

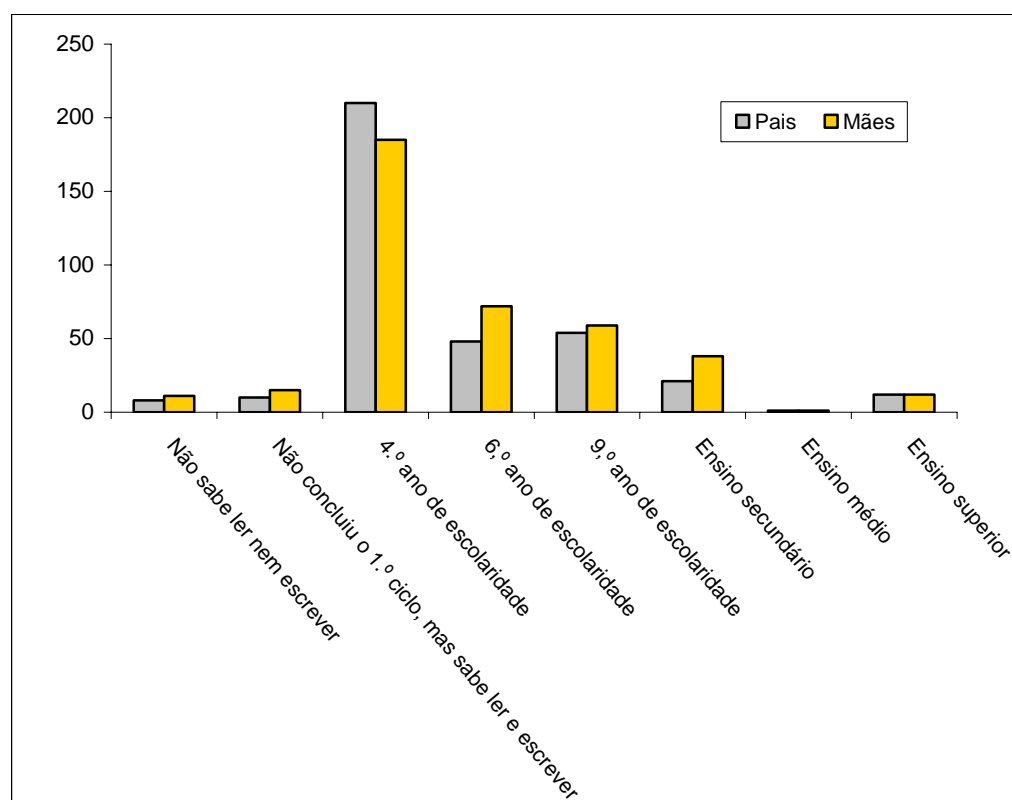


Gráfico 6

O gráfico 6 mostra, no total de inquiridos, a diferença existente entre pais e mães. Verifica-se, assim, que o nível de habilitações académicas das mães é tendencialmente superior ao dos pais, muito embora sejam as mães que apresentam uma ligeira variação relativamente ao «não saber ler nem escrever».

Nível profissional das famílias

O gráfico 7 dá-nos uma possibilidade de comparação entre mães e pais, no que concerne à actividade profissional exercida.

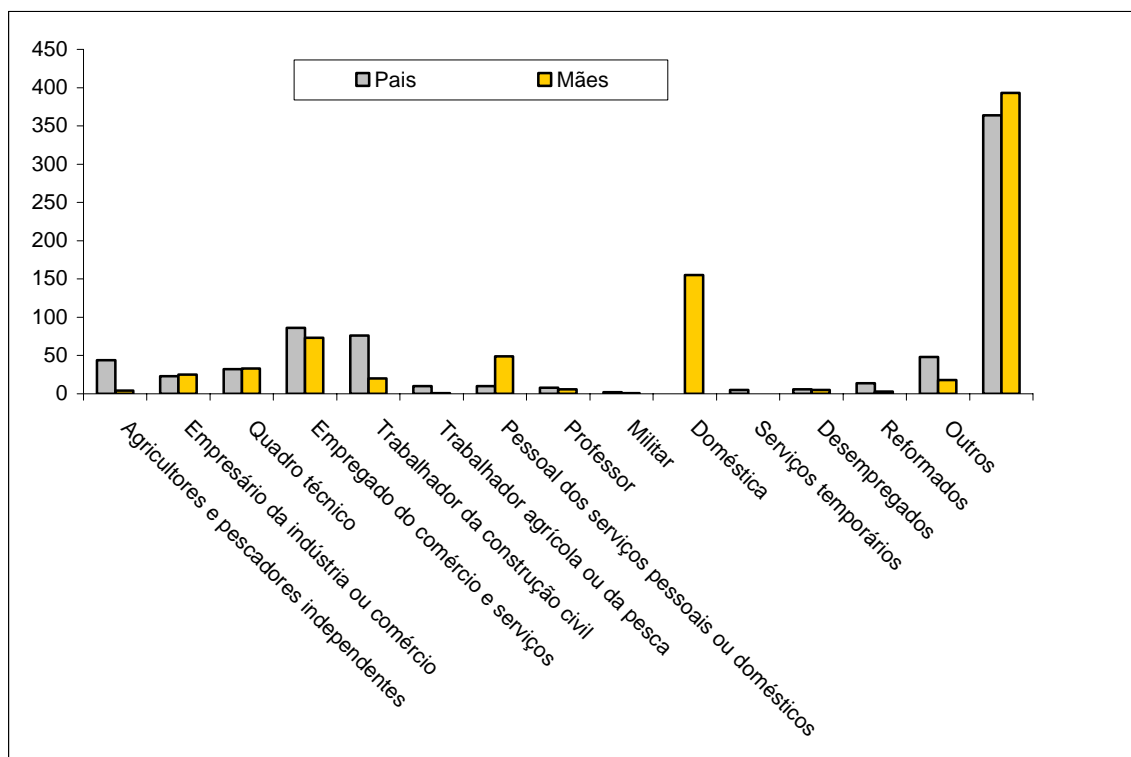


Gráfico 7

Assim, a amostra recolhida junto dos pais revela uma dispersão pelos vários sectores de actividade, abrangendo as áreas de empregado de comércio e serviços, da construção civil, agricultores e pescadores independentes e outros, enquanto que as mães se situam predominantemente na actividade doméstica e empregadas do comércio e serviços.

3 - RECURSOS HUMANOS

Caracterização do pessoal docente

Os recursos humanos aqui considerados reportam-se aos valores existentes na EBI/S das Flores até 30 de Setembro do ano lectivo de 2004/2005. Assim, nesta data existiam **82** docentes.

Categorias profissionais

O gráfico 8 apresenta a distribuição dos docentes da unidade orgânica, nas respectivas categorias profissionais.

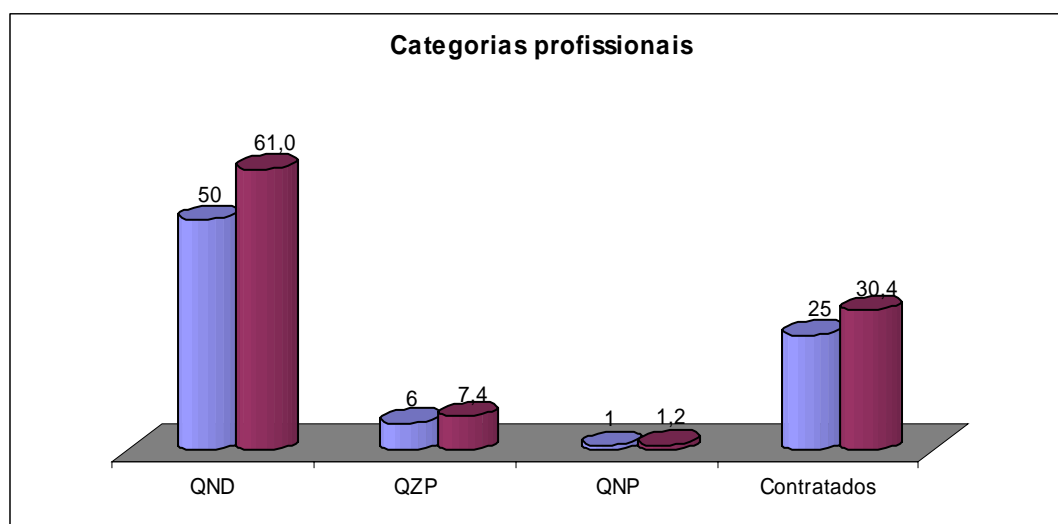


Gráfico 8

O gráfico 8 mostra-nos que os docentes em serviço efectivo na EBI/S das Flores são, de forma significativa, docentes do quadro de nomeação definitiva, apesar de ainda haver **30,4%** de docentes contratados, o que corresponde a **25**.

A nível de qualificação profissional, pode-se afirmar que os docentes da Escola em questão são quase todos profissionalizados, uma vez que apenas existe **1** em formação e **3** com habilitação própria.

Experiência e antiguidade profissional

No âmbito da experiência profissional, e de acordo com os dados do Caderno I, apresentados pela Escola, **32,5%** dos docentes têm entre **2 a 5** anos de serviço.

No que respeita à antiguidade de serviço na Escola dos professores/educadores, verifica-se que o grupo com maior representatividade se situa entre **0 a 1** ano de serviço, seguindo-se os que têm entre **1 a 5** anos. Com mais de **20** anos, apenas encontramos um total de **12** docentes.

O gráfico 9 permite uma leitura por número de professores, de acordo com os dados fornecidos pela escola, quer a nível de experiência profissional, quer a nível de antiguidade na escola.

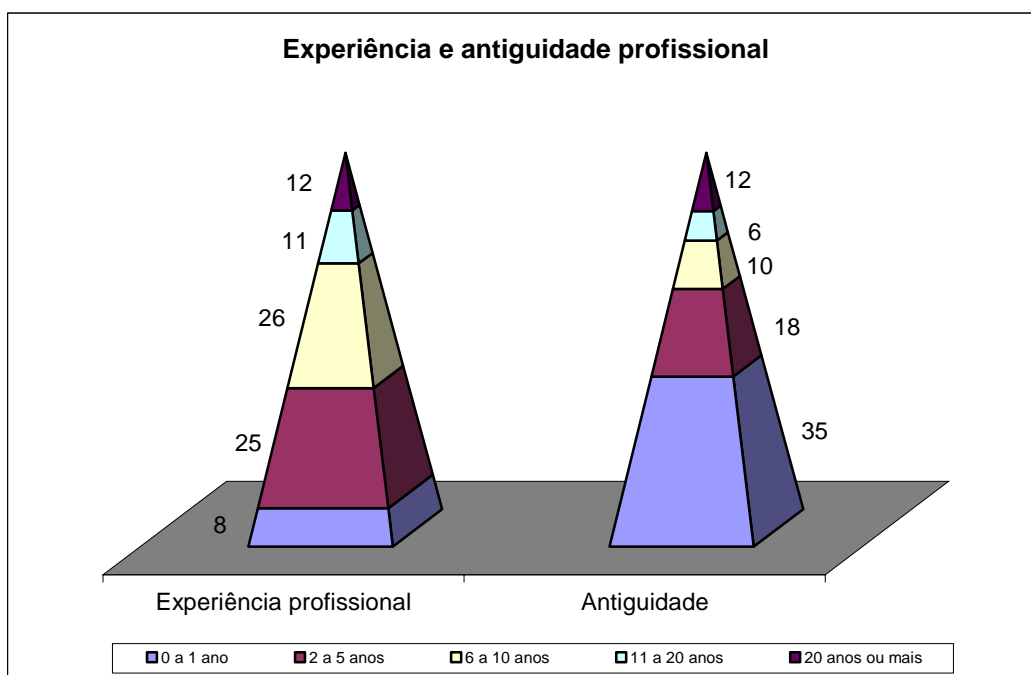


Gráfico 9

Em termos globais, pode-se dizer que o corpo docente da EBI/S das Flores apresenta uma experiência profissional relativamente baixa, sendo igualmente baixa a sua antiguidade na unidade orgânica.

Foram atribuídos **83** semanários-horários completos e **2** incompletos, de um total de **85** horários existentes.

Distribuição do serviço docente

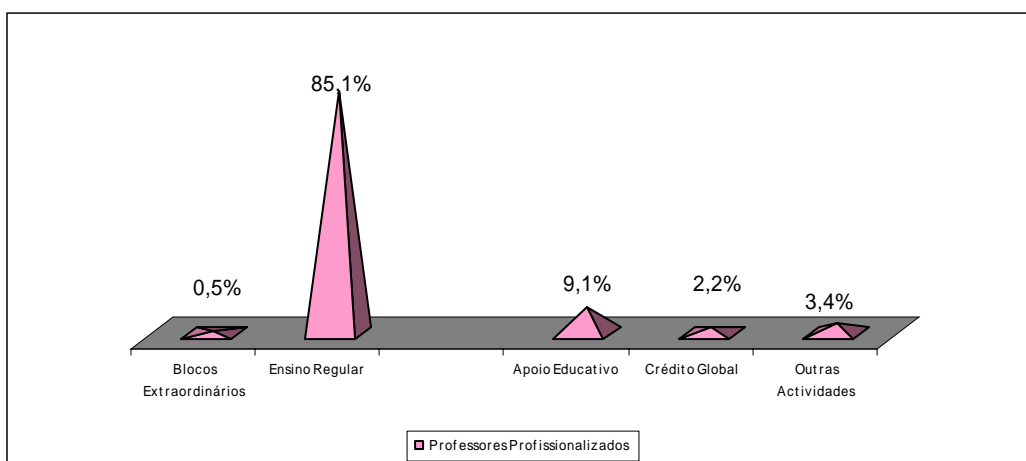


Gráfico 10

Como se pode verificar no gráfico 10, os docentes profissionalizados estão na sua maioria a leccionar ao nível do ensino regular, tendo-lhes sido atribuído, por conseguinte, o maior volume de blocos da componente lectiva ou equivalente (775), o que corresponde a **85,1%** do total de **910** blocos.

Caracterização do pessoal não docente

Pessoal não docente e categoria profissional

Existem **43** funcionários do quadro, conforme a distribuição verificada no gráfico:

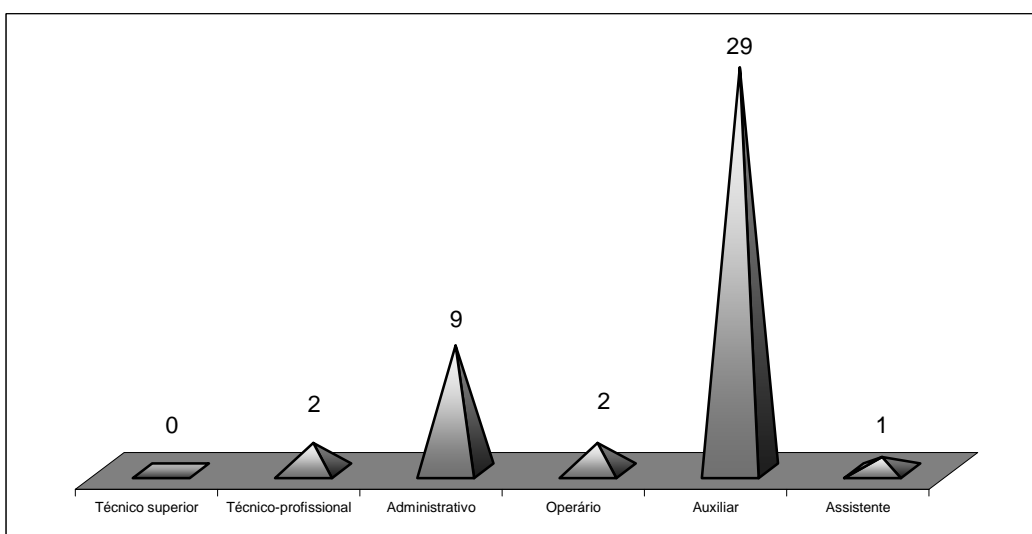


Gráfico 11

A apreciação do gráfico 11 permite-nos verificar que o pessoal auxiliar totaliza **29** elementos, os quais constituem uma maioria significativa, quando comparados com as restantes categorias de funcionários da escola.

Registe-se ainda a existência de **3** auxiliares contratados.

Satisfação do pessoal docente, discente, não docente e encarregados de educação

Como complemento da informação relativa aos dados quantitativos dos recursos humanos da escola, interessou também analisar dados de carácter qualitativo, sendo que um deles se prende com o grau de satisfação sentida pelas pessoas que trabalham na escola.

Entende-se este dado como essencial, não só porque é condição indispensável para a realização de um trabalho de qualidade, mas também porque afecta o trabalho individual, para além de ser o resultado de um conjunto de circunstâncias que directa ou indirectamente vai influenciar o clima da própria escola.

Nível de satisfação dos docentes

Neste sentido, relativamente ao nível de satisfação dos docentes, verifica-se que os **71** docentes inquiridos atribuíram, de um modo geral, o nível mais elevado de classificação aos indicadores que lhes foram apresentados.

É de salientar que **32** respondentes não concordam que «mesmo que pudesse, não mudavam de escola» e **19** não têm opinião sobre se «os seus colegas reconhecem o seu desempenho profissional».

O gráfico 12 oferece uma visão de conjunto das respostas.

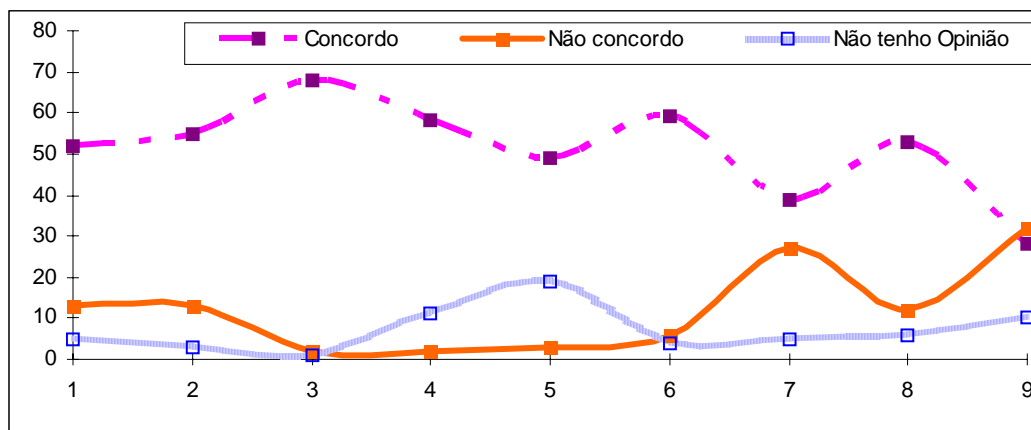


Gráfico 12 – cfr. legenda nos anexos

Nível de satisfação dos alunos

Para saber do nível de satisfação desta população, foram inquiridos **384** alunos, o que corresponde a **77,6 %** do total da população escolar (não incluindo a educação pré-escolar).

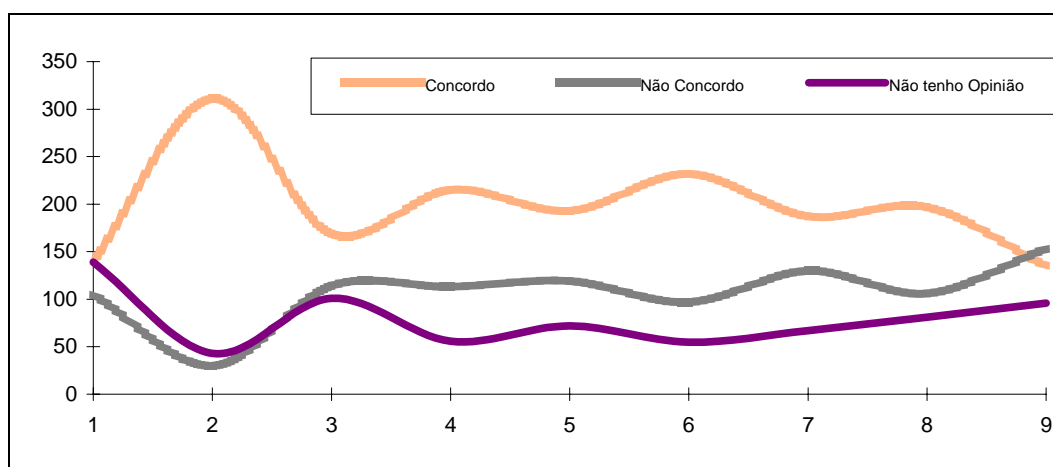


Gráfico 13 – cfr. legenda nos anexos

Verificou-se que a maioria dos inquiridos tem uma visão positiva da escola, sendo os indicadores que obtiveram o maior número de respostas concordantes aqueles que se prendem, sobretudo, com a «exposição da matéria com clareza e o tirar dúvidas pelos professores, a informação com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola e a disposição que os funcionários têm para ajudar quando é preciso».

É de notar também que **153** alunos não concordam que «mesmo que pudessem mudar de escola, não mudavam», o que é sintomático em termos de insatisfação desta franja de população discente.

Saliente-se ainda que existem alguns alunos que não têm opinião sobre os indicadores que lhes foram apresentados, sobressaindo os que se referem «à escolha da área de estudos, os apoios da escola em função das necessidades dos alunos, a não mudança de escola mesmo que pudessem e ainda a exigência da escola».

Nível de satisfação do pessoal não docente

Relativamente ao pessoal não docente responderam ao questionário **30** funcionários, o que representa **65,2 %** da totalidade desta população.

Pode-se dizer que as respostas apontam, de um modo geral, no sentido da população inquirida se sentir satisfeita.

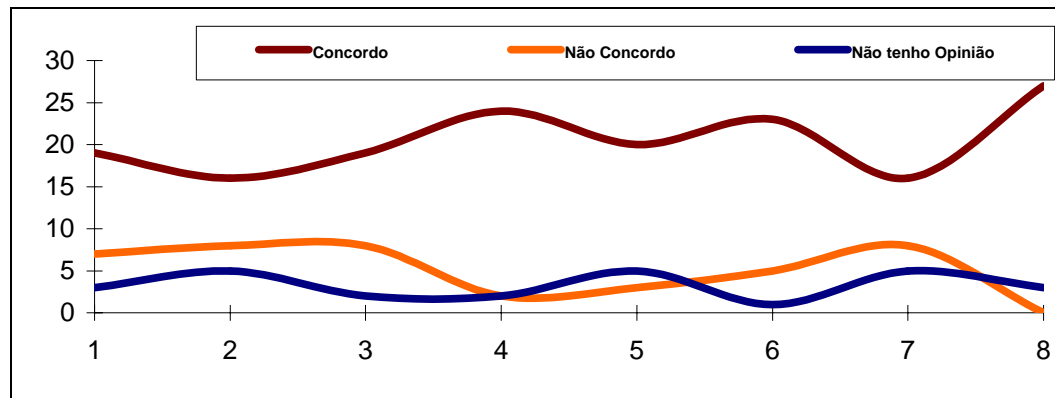


Gráfico 14 - cfr. legenda nos anexos

O pessoal não docente refere, de forma significativa, que «trabalham no lugar certo, que o seu trabalho é respeitado pelos docentes e discentes e quando não concordam não têm problemas em fazerem sugestões».

Nível de satisfação dos pais/encarregados de educação

Foram inquiridos **273** pais/encarregados de educação, a fim de saber do seu nível de satisfação relativamente à escola dos seus educandos.

O gráfico 15 mostra-nos de forma mais detalhada o nível de satisfação da população que constituiu a amostra.

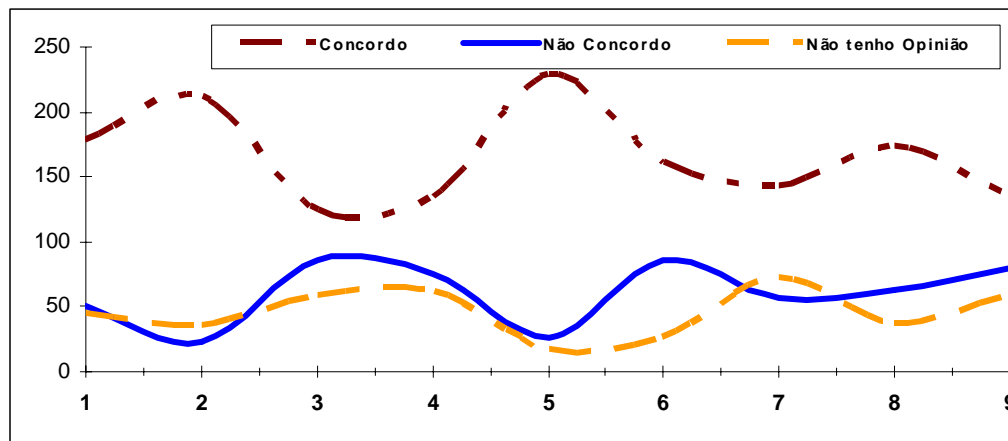


Gráfico 15 – cfr. legenda nos anexos

Da análise do mesmo constata-se que o grau de satisfação dos pais para com a escola se situa no nível mais elevado da escala utilizada no inquérito, uma vez que registamos respostas que oscilaram entre **133** e **229**, o que nos permite concluir que os pais, na sua generalidade, estão satisfeitos com a escola dos filhos.

Sobressai de forma positiva o facto deles considerarem que os seus filhos «aprendem na escola, que é fácil contactar com o Director de Turma ou com o Conselho Executivo, que a escola lhes inspira confiança, que os seus educandos estão em segurança, que são devidamente informados e que as reuniões da escola são úteis».

Registe-se ainda que **86** pais não concordam que os «docentes são exigentes e que a escola lhes envia informação sobre as suas actividades»; **80** «eram capazes de mudar os seus educandos de escola»; e **75** sentem que «os serviços de apoio e o pessoal não docente não satisfazem as necessidades dos seus educandos».

4 - RECURSOS FÍSICOS

Espaços

A **EBI/S das Flores** ocupa 9 edifícios, distribuídos pelas diferentes freguesias da ilha.

Tanto as salas normais como as específicas apresentam um estado de conservação razoável; da mesma forma tanto o apetrechamento como a adequação são considerados, pela unidade orgânica, como razoáveis.

É de referir que o ginnodesportivo se situa a 1 km da sede da unidade orgânica.

Funciona na EB1,2,3/JI/S Pd. Maurício de Freitas uma Biblioteca/Centro de Recursos que possui **8995** títulos, tendo sido adquiridos nos últimos dois anos apenas **2**.

Equipamentos

A Escola dispõe de equipamento tecnológico operacional, visível de forma mais objectiva no gráfico seguinte:

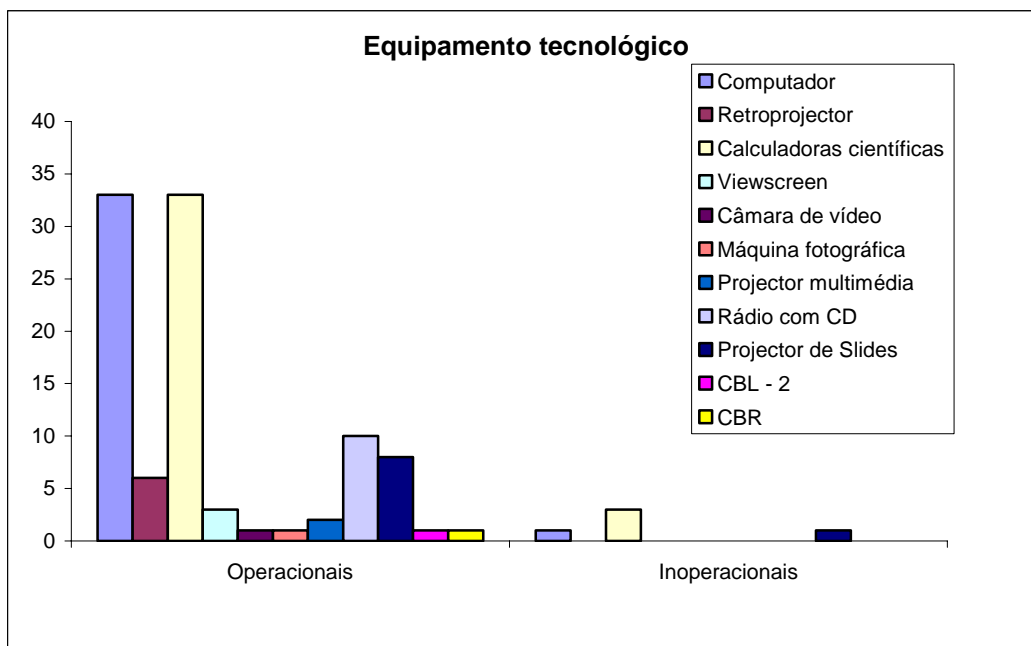


Gráfico 16

Verifica-se que todo o equipamento tecnológico existente na escola, de um modo geral, se encontra operacional.

Qualidade e bem-estar das instalações

Foi também importante saber até que ponto alunos, professores e pessoal não docente se sentem bem no espaço escolar.

Para o efeito foram distribuídos questionários que permitiram avaliar o nível da qualidade e de bem-estar das instalações.

Os alunos inquiridos foram **384**, correspondendo a **77,6 %** do total da população escolar (sem contabilizar a educação pré-escolar) da **EBI/S das Flores**.

Os gráficos mostram o posicionamento dos inquiridos:

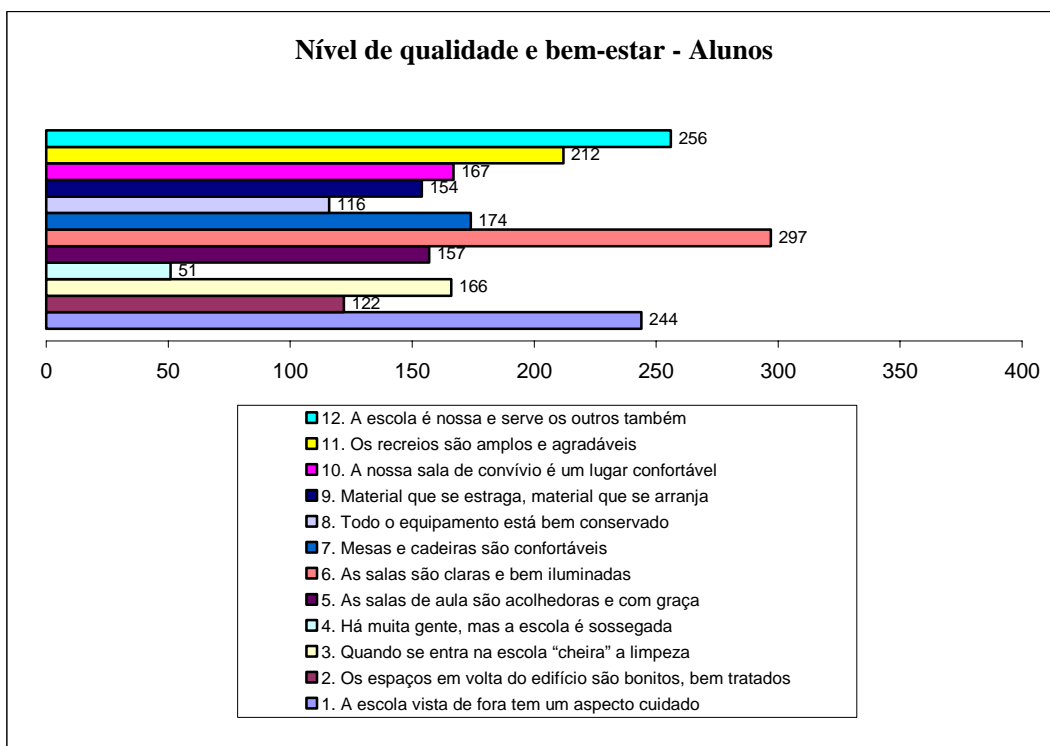


Gráfico 17

Verifica-se, pela leitura deste gráfico, que os respondentes dispersaram-se entre o concordo e o não concordo, muito embora alguns se apresentem sem opinião formada.

Assim, se por um lado uma maioria de respondentes considera «as salas claras e bem iluminadas, a escola é deles mas serve também os outros, a escola vista de fora tem um aspecto cuidado e os recreios são amplos e agradáveis», por outro existem respondentes que não concordam que «a escola seja sossegada, que todo o equipamento se apresenta bem conservado e que os espaços em volta do edifício são bonitos e bem tratados».

Regista-se ainda uma percentagem de respondentes sem opinião que oscila entre os 12 e os 19.

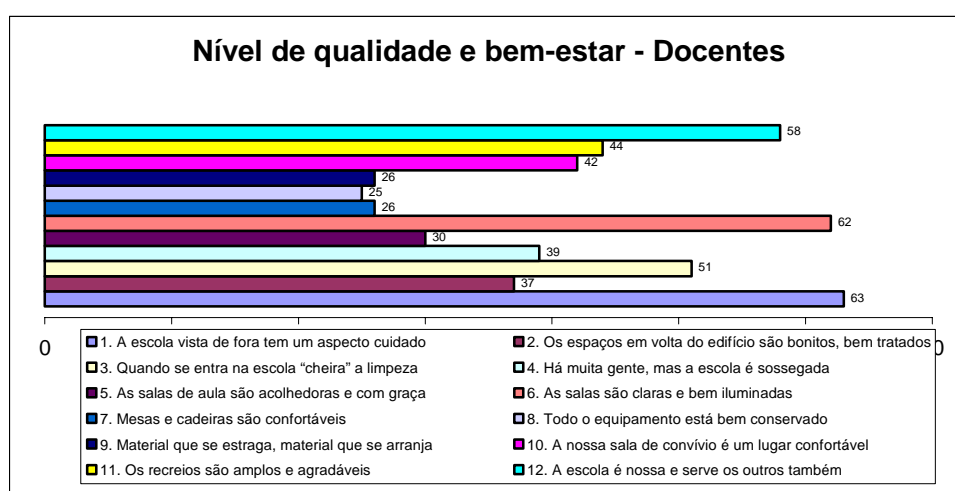


Gráfico 18

Os dados expressos no gráfico 18 mostram que os 72 inquiridos possuem um sentimento positivo de bem-estar na escola, o que pressupõe um nível satisfatório de qualidade.

Uma maioria significativa refere que «a escola vista de fora tem um aspecto cuidado, as salas são claras e bem iluminadas, é deles mas serve os outros também e quando se entra na escola “cheira” a limpeza». Os restantes dispersaram-se pelas variáveis, não concordo e não tenho opinião. De salientar que apenas três docentes não responderam.

No que se refere ao pessoal não docente, foram 29 os inquiridos.

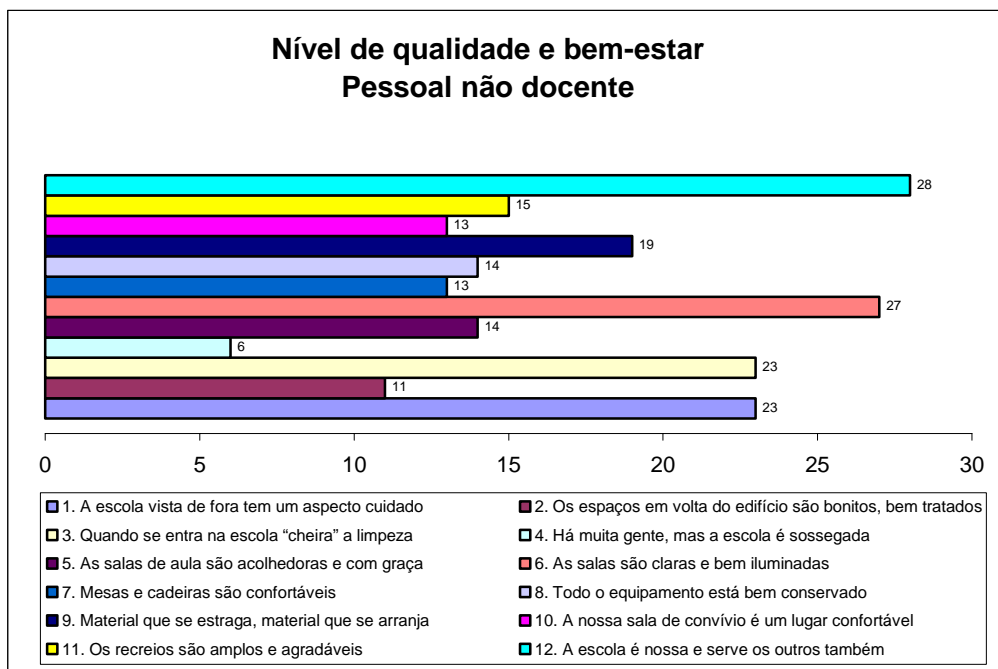


Gráfico 19

De um modo geral, a apreciação do gráfico 19 permite-nos concluir que aquela população sente que «a escola é deles e serve os outros; as salas são claras e bem iluminadas; cheira a limpeza; vista de fora tem um aspecto cuidado». Há uma percentagem de respondentes, oscilando entre os 20,7 e os 41%, que não concorda.

5 - RECURSOS FINANCEIROS

Distribuição dos recursos financeiros da escola

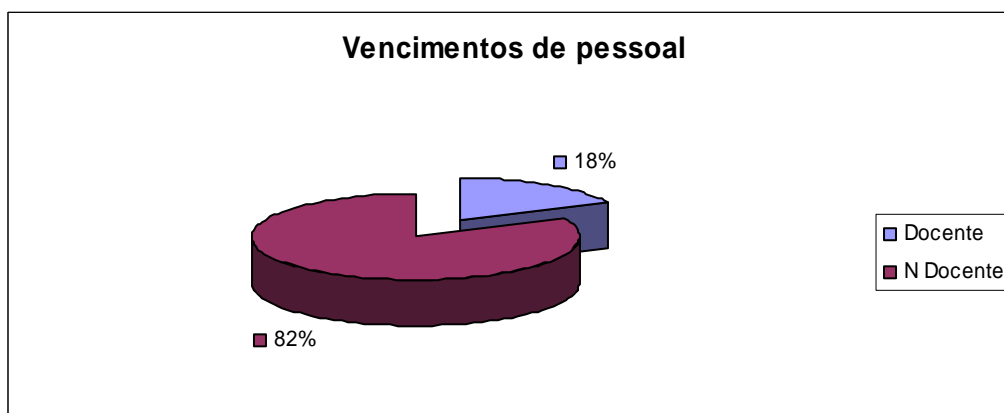


Gráfico 20

Para além das despesas com o pessoal, expressas no gráfico 20, a unidade orgânica apresenta despesas de funcionamento pedagógico e estrutural.

Do funcionamento pedagógico, que contempla actividades curriculares, extracurriculares, equipamentos educativos e materiais didácticos, a unidade orgânica serve-se de um total de **10.500,52 €** provenientes do orçamento da escola, ao qual adiciona receitas próprias, num total de **45.166,93 €**

Do funcionamento estrutural que contempla bens duradouros, bens não duradouros, aquisição de serviços, despesas de capital e auxílios económicos directos, a unidade orgânica conta com **95.841,19 €** do orçamento da escola; **86.474,61 €** que utiliza em reparações e **303.671,20 €** em transportes. Estes dois últimos referem-se a receitas provenientes do orçamento do Fundo Escolar.

6 - PROJECTO CURRICULAR

Ofertas curriculares

A unidade orgânica oferece cursos com regulamentação específica no âmbito dos Programas Cidadania e Oportunidade.

O quadro mostra a distribuição dos alunos pelos programas com regulamentação específica e respectivos subprogramas.

Quadro 3

Programas com regulamentação específica	Subprogramas/n.º de alunos		
	Cidadania	Ocupacional 1	Sócio-educativo 11
Oportunidade	Integrar 6	Profissionalizante 16	- -

Cumprimento de programas

Relativamente ao cumprimento do programa de **Português**, o gráfico 21 permite uma leitura, com algum pormenor, considerando os dados cedidos pela Escola, apenas a nível do ensino secundário.

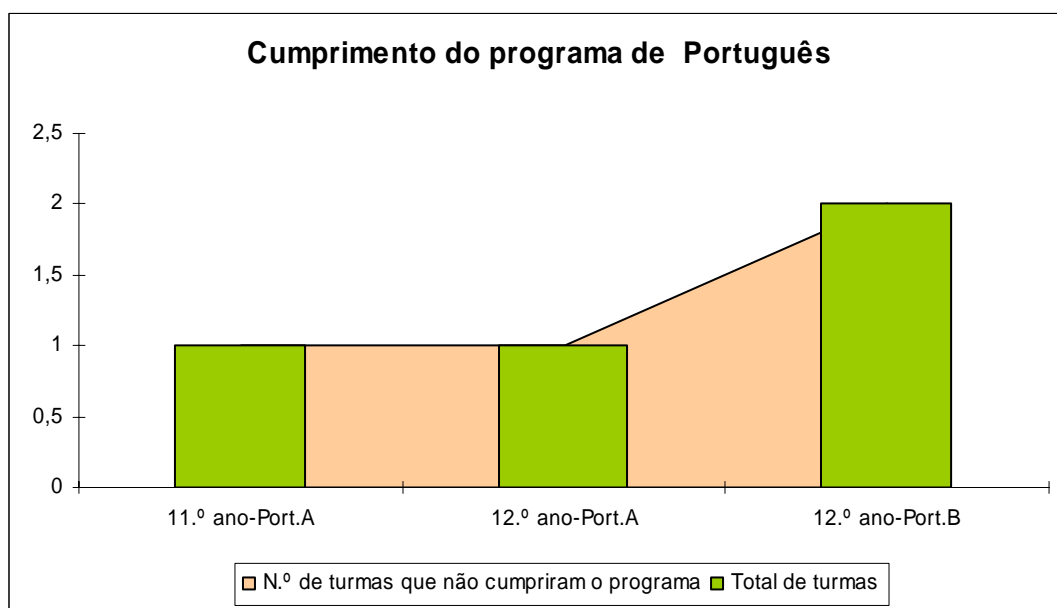


Gráfico 21

Verifica-se, assim, que a única turma do 11.º ano de escolaridade não cumpriu o programa de Português A.

Relativamente ao 12.º ano, a única turma de Português A não cumpriu da mesma forma o programa, assim como as duas turmas de Português B.

Tempo dedicado às aprendizagens

O gráfico 22 mostra a distribuição das aulas previstas e das aulas dadas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Português A e B.

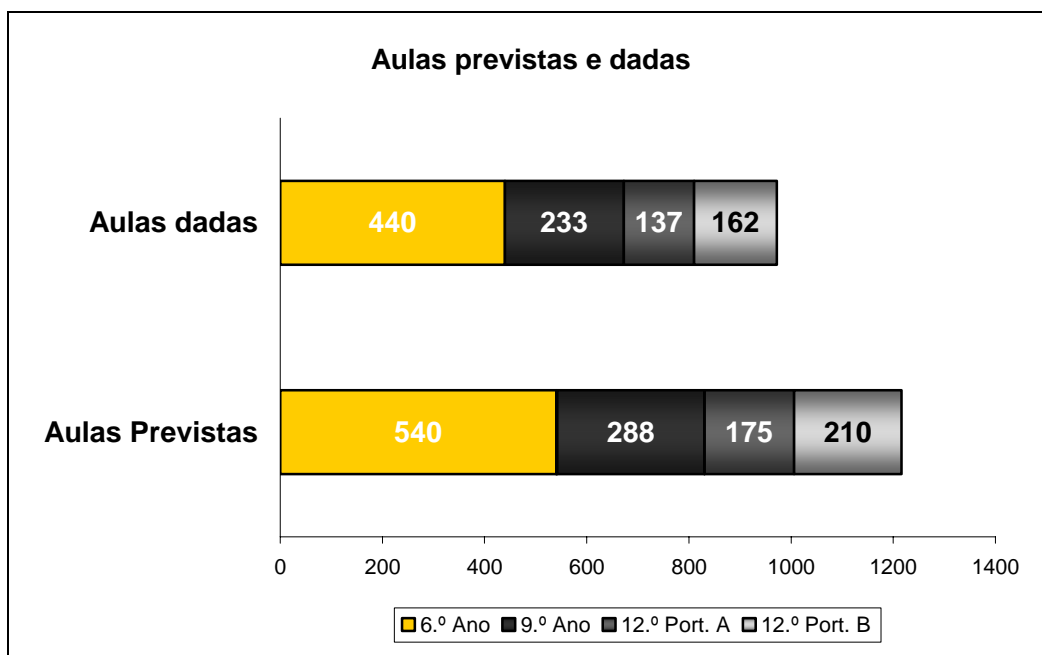
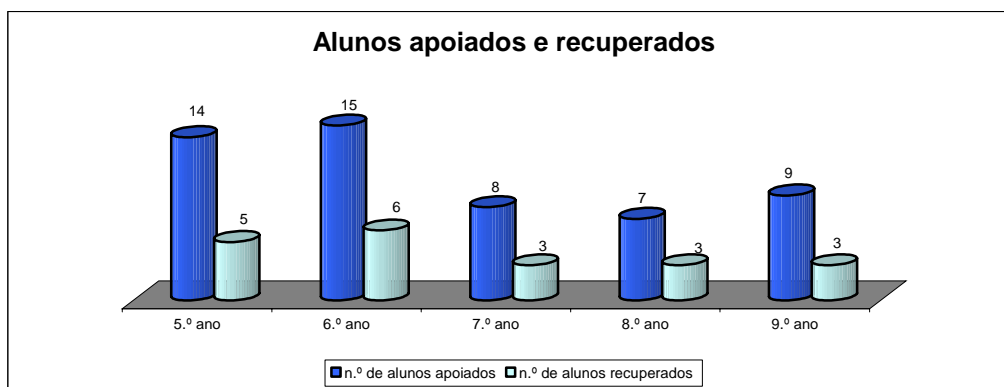


Gráfico 22

Considerando a relevância da disciplina em questão, o seu carácter transversal e o incumprimento do programa, verifica-se que o valor percentual de aulas dadas mais reduzido se situa, em termos relativos, no 12.º ano, no Português B, a que corresponde **77,1%**, seguido do Português A, também do 12.º ano, correspondendo a **78,3 %**.

Em termos absolutos, por considerar maior a carga lectiva, o valor percentual de aulas dadas mais elevado verifica-se no 6.º ano de escolaridade com **81,5 %**, logo seguido do 9.º ano de escolaridade com **80,9 %**.

Registe-se de igual forma o elevado número de faltas dadas pelos alunos à disciplina de Língua Portuguesa no 6.º ano de escolaridade, o que corresponde a **543**.

Apoio educativo**Gráfico 23**

O gráfico 23 evidencia o número de alunos apoiados nos vários anos de escolaridade, correspondentes ao 2.º e 3.º ciclos, verificando-se que os alunos que mais apoio tiveram foram os que frequentaram o 6.º ano.

Importa chamar a atenção para o sucesso do apoio que é relativamente fraco em todos os anos, na medida em que nem metade dos alunos apoiados conseguiu recuperar.

Formação de professores

A formação dos docentes e não docentes também constituiu uma preocupação da unidade orgânica, tendo sido realizadas algumas acções de formação, gerais e específicas.

Quadro 4

Cursos/acções organizados na escola	N.º de horas de formação	Público-alvo	N.º de profs. que frequentaram
Tecnologias de comunicação e informação como meio e suporte à aprendizagem	30	Profs. básico e secundário	16
Educação para a sexualidade e afectos	30	Educ. e profs. bás. e secundár.	17
Oficina de técnicas de estudo - desenvolvimento de técnicas de estudo	25	Profs. básico e secundário	10
Gestão do Stress dentro e fora da Sala de Aula	30	Profs. básico e secundário	12
Produção documentos multimédia	30	Educ. e profs. bás. e secundá.	10

Foram realizadas acções para os docentes da unidade orgânica de acordo com as necessidades sentidas.

É de salientar o facto da participação ser considerada reduzida face ao universo de docentes, na medida em que, havendo para a 1.^a acção um público-alvo no total de **72**, apenas **16** frequentaram a acção, o mesmo acontecendo para as restantes acções em que de **82**, apenas **17** frequentaram; de **72**, apenas **10**; de **72**, somente **12** e de **82** simplesmente **10** participaram.

7 - CONTEXTOS EDUCATIVOS

Participação da comunidade na vida da escola

Participação dos alunos em actividades opcionais

No ano lectivo em questão, **253** alunos participaram em **actividades opcionais**: **143** do 1.º ciclo; **50** do 2.º ciclo; **55** do 3.º ciclo; e **5** do ensino secundário.

Não se registou qualquer participação das crianças da educação pré-escolar.

Número de professores envolvidos em projectos do PAA

Participaram **40** professores em projectos do Plano Anual de Actividades: **5** em cada uma das seguintes actividades: “Semana da Promoção e Educação para a Saúde”, “O Elo Mais Fraco”, Concursos “Obras Completas” e “Ortografadas”, “Feira de Livros” e “Projecto Revista”; **2** nas “Olimpíadas da Física” e **8** no “Jogo do 24”.

Pais e encarregados de educação participantes em actividades da Escola

Participaram **468** pais/encarregados de educação da educação pré-escolar e do 1.º ciclo nas seguintes actividades: “Festa do Divino Espírito Santo”, **6**; “Consoada de Natal”, **22**; Peça de Teatro “Merry Christmas”, **1**; “Convívio com Canções de Natal”, **100**; “Dia Mundial da Criança”, **98**; “Carnaval/Desfile e Lanche com Filhós”, **200**; “Jogos Tradicionais”, **41**.

Incidentes críticos

Actos de violência praticados dentro da escola:

- 2 “roubos e agressões a alunos”;
- 2 “vidros partidos ou outros actos de vandalismo”.

Acções disciplinares

- 21 “participações por indisciplina”;
- 5 “conselhos disciplinares”;
- 16 “sanções aplicadas”.

Participação da comunidade educativa nas decisões

O processo de decisão é um processo que se reveste de determinada complexidade, pois, enquanto acto de gestão, compreende três fases: a **apresentação de propostas**, a **discussão que lhe decorre** e, por fim, a **decisão** propriamente dita. Por considerarmos que esta envolve um nível de participação diferente dos vários intervenientes, como a tomada de posições, análises, reflexões, reformulações, debates entre outras, optamos por analisá-la. Assim, foram inquiridos docentes, alunos, pessoal não docente e pais.

Os gráficos seguintes proporcionam-nos uma visão da forma como os respondentes distribuíram as suas respostas.

Participação do pessoal docente na decisão

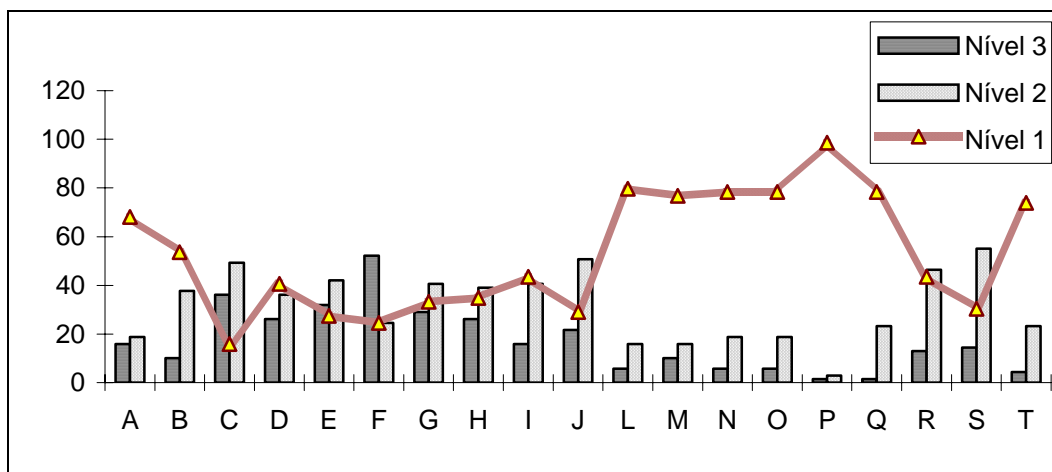


Gráfico 24 – Resultados em percentagem - cfr. legenda nos anexos

Em média responderam **71** docentes às diversas questões do inquérito. Verifica-se que o nível mais valorizado é o 1, em 11 dos 19 itens, e logo depois o 2, em 7 itens. Unicamente em 1 item o nível 3 é o mais valorizado. Significam estes valores que os docentes sentem que participam muito pouco nas tomadas de decisão.

Participação dos alunos na decisão

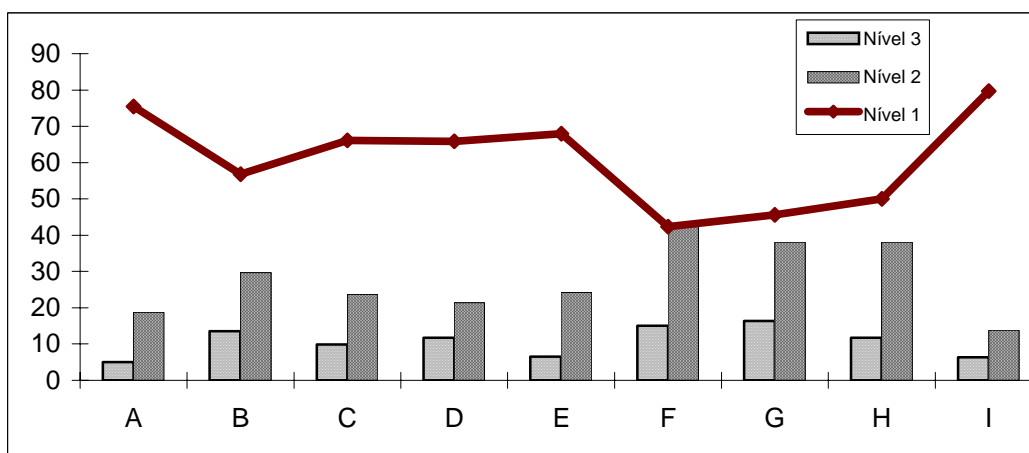


Gráfico 25 – Resultados em percentagem – cfr. legenda nos anexos

Em média, responderam **384** alunos às diversas questões do inquérito. Há uma evidente prevalência do nível 1, o que permite concluir que esta população não é chamada a participar nos processos com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida.

Participação do pessoal não docente na decisão

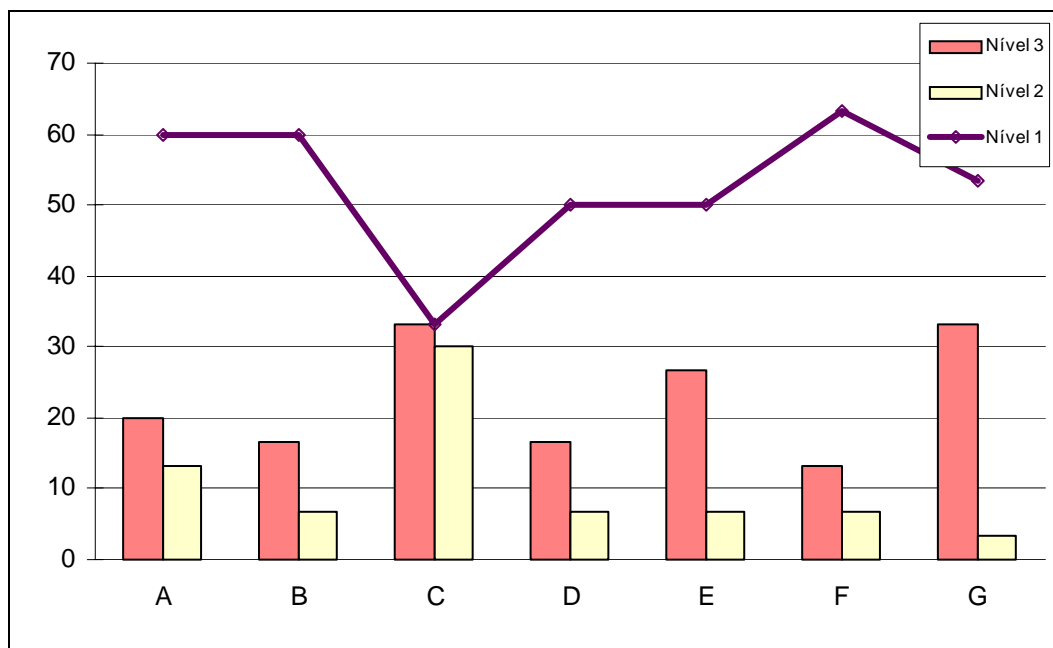


Gráfico 26 – Resultados em percentagem – cfr. legenda nos anexos

A média das ausências de resposta aos 7 itens é de 17%. Há uma evidente prevalência do nível 1, pelo que, também aqui, se pode concluir que esta população não é chamada a participar nos processos com vista às tomadas de decisão ou, se o é, fá-lo de forma muito reduzida.

Participação dos pais e encarregados de educação na decisão

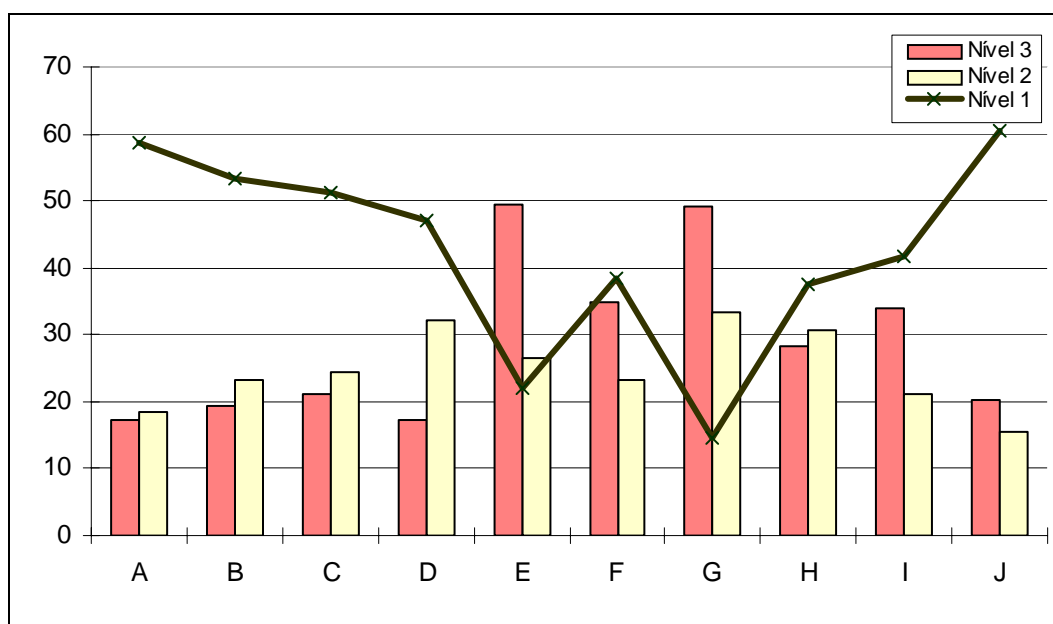


Gráfico 27 – Resultados em percentagem – cfr. legenda nos anexos

A média das ausências de resposta aos 10 itens dos encarregados de educação que responderam ao inquérito é de **3%**. A participação na tomada de decisão é evidente nas questões *disciplinares e de comportamento do seu educando* (E) e nas relativas ao *aproveitamento escolar do seu educando* (G). Nas outras decisões a participação é muito reduzida.

Pode-se desta forma inferir da existência de uma fraca participação na tomada de decisão em todos os grupos da comunidade educativa inquiridos.

Trabalho cooperativo entre professores

A cooperação entre docentes foi analisada considerando-se duas dimensões: os *aspectos gerais* e os *aspectos pedagógicos*. Os aspectos gerais referem-se à carreira docente/profissional e os pedagógicos à prática lectiva.

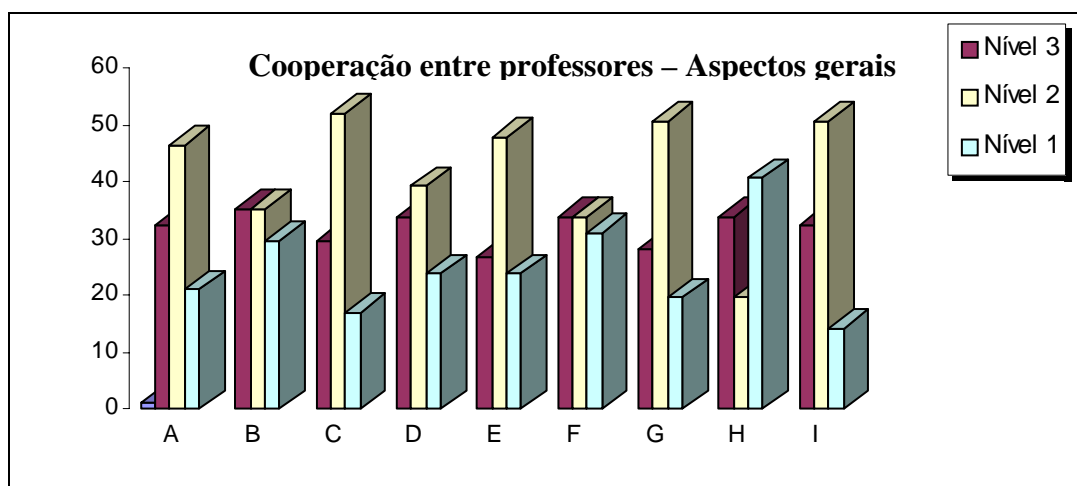


Gráfico 28 – Resultado em percentagem – cfr. legenda nos anexos

A média das ausências de resposta aos 9 itens é de **1,8%**. Só em três dos itens é que o nível 2 não sobressai, sendo que num daqueles é o nível 1 que se destaca. Assim, a cooperação entre os docentes acontece com alguma frequência.

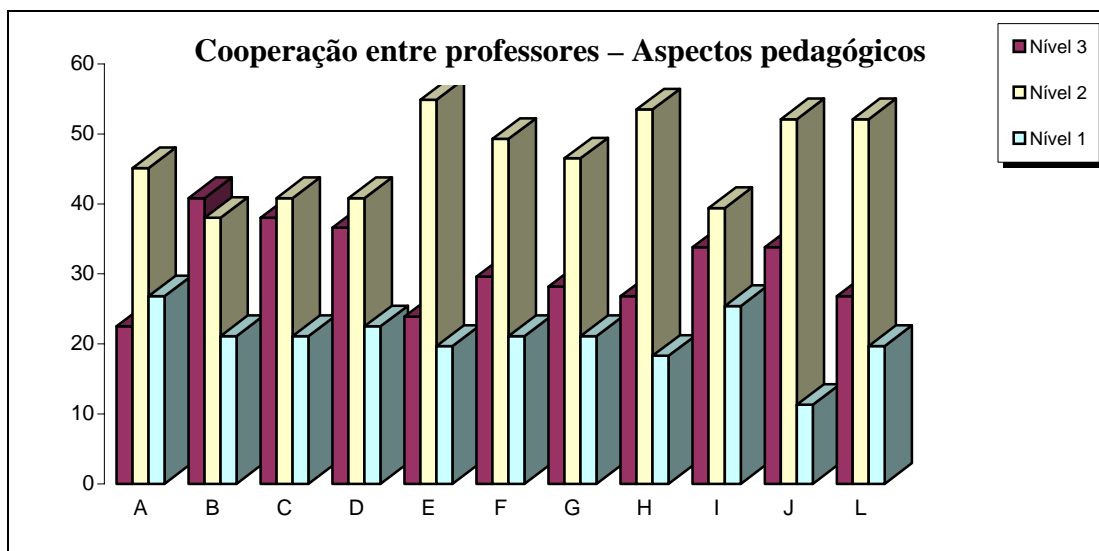


Gráfico 29 – Resultados em percentagem - cfr. legenda nos anexos

A média das ausências de resposta aos 11 itens é de **1,7%**. Aqui a cooperação entre os docentes é mais evidente.

Releve-se o facto de a cooperação entre os docentes ser mais significativa no que respeita à *discussão do aproveitamento dos alunos* (B).

8 -RESULTADOS DOS ALUNOS

Os dados a observar no âmbito dos resultados dos alunos referem-se ao ano lectivo de 2003/2004.

Assim, a nível do 1.º ciclo o aproveitamento dos alunos está presente no quadro seguinte:

Quadro 5

ANOS DE ESCOLARIDADE	ALUNOS TRANSITADOS	ALUNOS RETIDOS	ABANDONO REAL
2.º	44	19	0
3.º	45	3	0
4.º	33	5	0
TOTAIS	122	27	0

No gráfico infra e quadro 6 pode observar-se a **relação entre os alunos transitados e, de entre estes, aqueles que transitaram com aprovação a todas as disciplinas**. A percentagem do número de alunos transitados foi encontrada face ao universo dos alunos matriculados no início do ano, pelo que os abandonos também foram contabilizados.

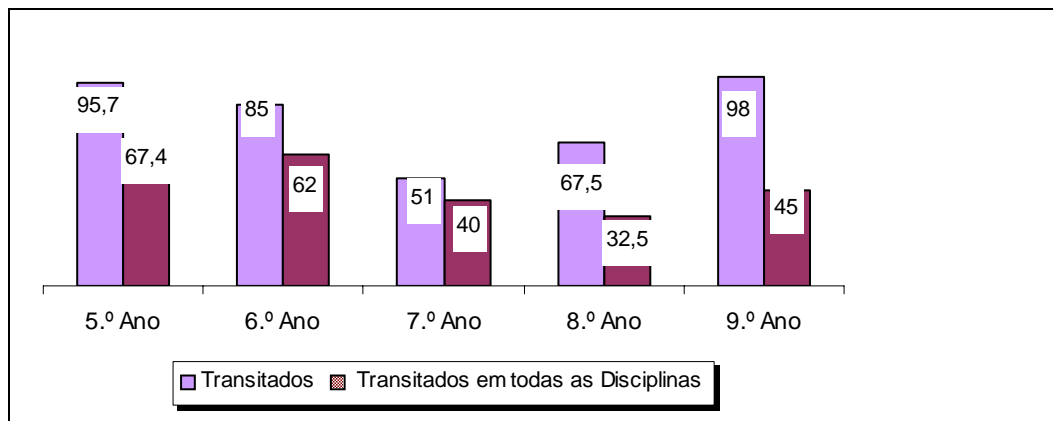


Gráfico 30 - Resultados em percentagem

Assim,

Quadro 6

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados a todas as disciplinas
	a)	b)
5.º ano	44 (95,7%)	31 (67,4%)
6.º ano	47 (85%)	34 (62%)
7.º ano	23 (51%)	18 (40%)
8.º ano	27 (67,5%)	13 (32,5%)
9.º ano	41 (98%)	19 (45%)

a) Número e percentagem sobre o total dos alunos matriculados;

b) Número e percentagem sobre o total dos alunos transitados.

O gráfico que se segue apresenta a percentagem dos **alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina e transitados sem aproveitamento a duas disciplinas**. A percentagem foi encontrada face ao universo dos alunos transitados.

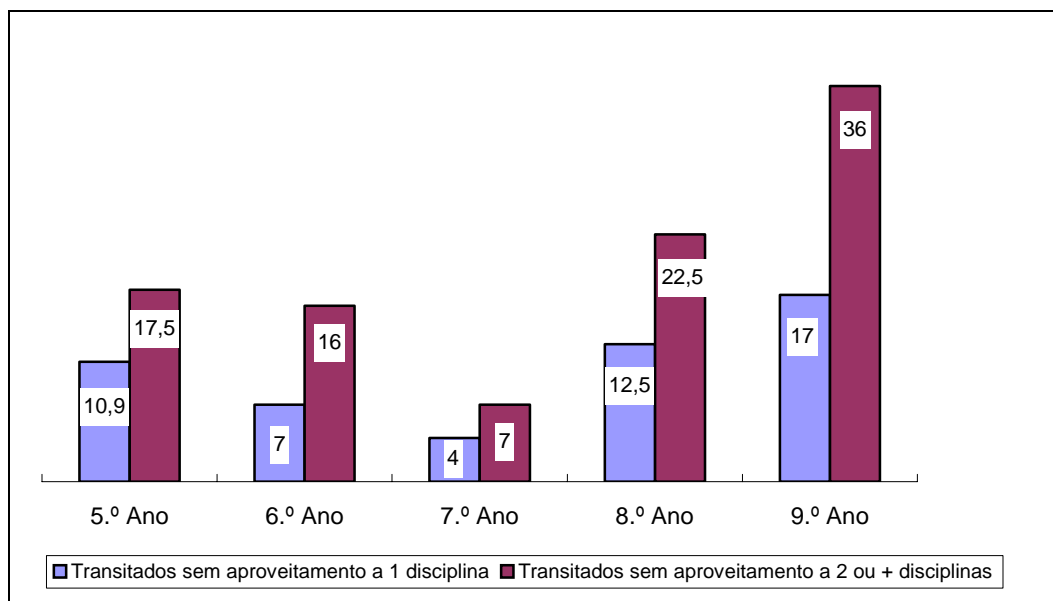


Gráfico 31 - Resultados em percentagem

Assim,

Quadro 7

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados sem aproveitamento a uma disciplina	Alunos transitados sem aproveitamento a duas ou + disciplinas
5.º ano	44	5 (10,9%)	8 (17,5%)
6.º ano	47	4 (7%)	9 (16%)
7.º ano	23	2 (4%)	3 (7%)
8.º ano	27	5 (12,5%)	9 (22,5%)
9.º ano	41	7 (17%)	15 (36%)

O gráfico 32 apresenta a **percentagem dos alunos transitados**, primeiro **sem aproveitamento a Língua Portuguesa**, segundo **sem aproveitamento a Matemática** e terceiro **sem aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática**.

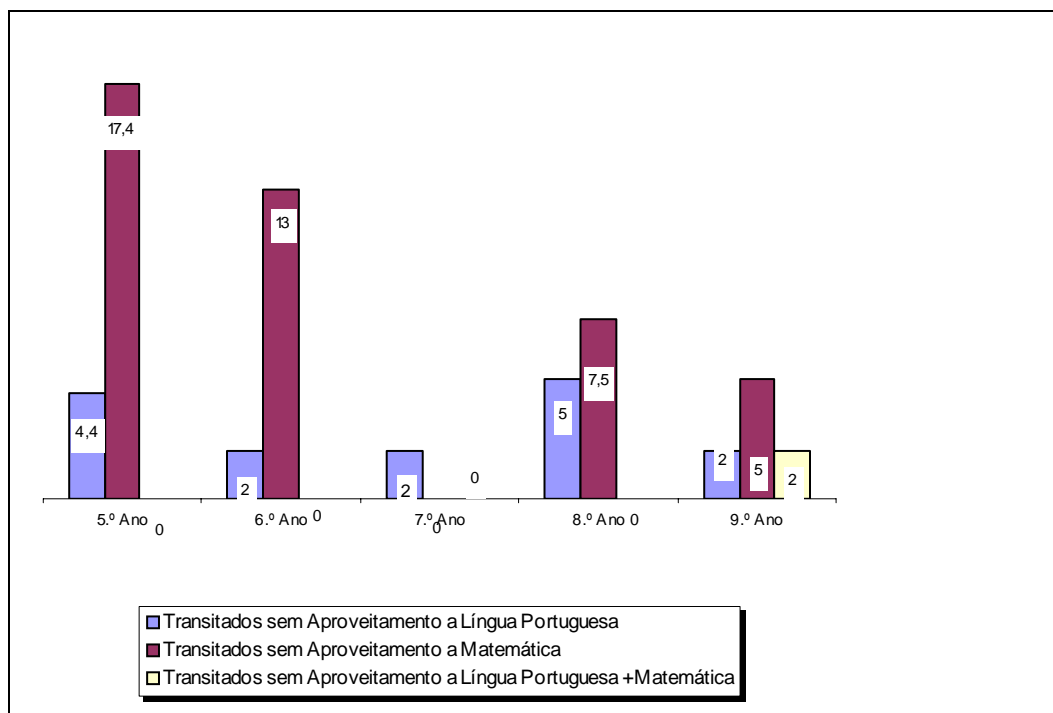


Gráfico 32

Assim,

Quadro 8

Anos de escolaridade	Alunos transitados	Alunos transitados s/ aproveitamento a Língua Portuguesa	Alunos transitados s/ aproveitamento a Matemática	Alunos s/ aproveitamento a Língua Portuguesa e Matemática
5.º ano	44	2 (4,35%)	8 (17,4%)	0
6.º ano	47	1 (2%)	7 (13%)	0
7.º ano	23	1 (2%)	0	0
8.º ano	27	2 (5%)	3 (7,5%)	0
9.º ano	41	1 (2%)	2 (5%)	1 (2%)

Taxa de abandono real

Relativamente ao 2.º e 3.º ciclos, a **taxa de abandono** compreende os alunos que desistiram ao longo do ano, os alunos que transitaram e não renovaram a sua matrícula e ainda aqueles que não obtiveram aproveitamento e da mesma forma não renovaram a respectiva matrícula.

Assim, no ano lectivo de **2003/2004** abandonaram a escola:

A nível do **2.º ciclo** - **1** aluno, por não ter renovado a matrícula, o que corresponde a **0,9%** dos alunos aprovados.

A nível do **3.º ciclo** - **50** alunos, o que corresponde a **24%** dos alunos matriculados. Deste total, **16** alunos desistiram ao longo do ano, **4** não renovaram a sua matrícula, embora tenham tido aproveitamento, e **30** dos não aprovados também não renovaram a matrícula.

Percurso escolar de uma geração de alunos

No âmbito do sucesso escolar, interessou-nos particularmente ver o percurso de uma geração de alunos, ou seja, aqueles que durante doze anos fizeram a sua escolaridade, tendo como ano lectivo de referência o de **1992/93** com o número de **56** alunos matriculados no 2.º ano.

Quadro 9

	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Ens sup	Tranf.	Sai-da
92/93	56												2	
93/94	5	49											2	
94/95		1	46											1
95/96				45									2	
96/97				10	33								2	
97/98					2	29							1	
98/99						5	23						1	
99/00							1	22					1	
00/01								1	21					
01/02									5	16		9		
02/03										10	16			
03/04											3			

Assim, verifica-se que dos **56** alunos matriculados no 2.º ano em **1992/1993**, somente **21** ingressaram no ensino secundário em 2000/01. Destes, só 9 ingressaram no ensino superior.

Ensino secundário

A taxa de abandono escolar verificada neste nível de ensino, à semelhança do que aconteceu nos 2.º e 3.º ciclos, compreende os alunos que desistiram ao longo do ano, os alunos que transitaram e não renovaram a sua matrícula, e ainda aqueles que não obtiveram aproveitamento e da mesma forma não renovaram a respectiva matrícula.

Assim sendo, a nível do **ensino secundário** – **9** alunos abandonaram a escola, dentre os quais **4** desistiram ao longo do ano; **4**, embora com aproveitamento, não renovaram a matrícula; e **5**, sem aproveitamento, não renovaram também a respectiva matrícula.

No quadro que se segue pode observar-se a **relação entre os alunos que progrediram a todas as disciplinas, aqueles que não progrediram a uma disciplina e os que não progrediram a duas disciplinas.**

Quadro 10

Anos de escolaridade	Progressão a todas as disciplinas	Não progressão a uma disciplina	Não progressão a duas disciplinas
10.º ano	26 (72%)	5 (14%)	5 (14%)
11.º ano	25 (76%)	5 (15%)	3 (9%)
12.º ano	35 (85,4%)	3 (7,3)	3 (7,3%)

CAPÍTULO III

A. O DESEMPENHO DA ESCOLA

INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA ESCOLA

Projecto Educativo de Escola (PEE)

O PEE traduz os objectivos para cada ciclo de ensino, os princípios orientadores que enformam a filosofia da Escola e a sua realidade como entidade autónoma, de acordo com o previsto, quer na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, quer no Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, e adaptado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/A, de 21 de Maio, então em vigor na Região.

O PEE valoriza a importância do currículo regional.

O PEE privilegia os valores da liberdade, responsabilidade e solidariedade quando define as suas prioridades.

A escola enumera competências como prioridades necessárias: cidadania, autonomia, participação, criatividade, relacionamento interpessoal no estabelecimento de uma ligação entre *saber*, *saber fazer* e *saber agir*.

Verifica-se que os princípios orientadores que definem a filosofia da escola são valores de comportamento social.

No entanto:

O PEE não concretiza, em matéria curricular, as necessidades a satisfazer e as metas a atingir pelo PCE e PAA;

Não define critérios gerais de avaliação, em consonância com o PEE;

Apesar da existência de uma organização diferente do apoio educativo, não se verificou a definição de princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curriculares;

Não está prevista a reflexão sobre o resultado das medidas de organização curricular implementadas, para além da análise estatística dos resultados da avaliação;

A referência à avaliação do PEE é genérica, não se evidenciando como será efectivada;

Não se verifica no PEE a concretização dos planos de acção traçados para fazer face às situações problemáticas detectadas.

Plano Anual de Actividades (PAA)

Apresenta programas de intercâmbio escolar/semanas disciplinares.

Planifica actividades por período como comemorações de dias/efemérides, convívios, visitas de estudo, entre outras.

Os dados fornecidos pela escola, constantes do Caderno I, revelam um número considerável de alunos inscritos em actividades opcionais, de professores envolvidos nos projectos do PAA e de pais/encarregados de educação participantes em actividades da escola, o que evidencia uma preocupação de aproximação da escola à comunidade.

Apresenta actividades de complemento curricular concretizadas em clubes.

Apresenta programas de desporto escolar e visitas de estudo como actividades de complemento curricular.

As actividades distribuem-se ao longo do ano e fazem referência aos momentos em que são realizadas.

As actividades propiciam oportunidade de sociabilização aos intervenientes da comunidade educativa.

No entanto:

- Não se articula de forma expressa com os princípios do PEE e do RI;
- Não apresenta uma planificação global de actividades que configure unidade à Escola Básica Integrada;
- Não apresenta finalidades e objectivos como documento global;
- Não apresenta propostas de valorização da Língua Portuguesa;

- Não contempla a integração da escola, quando separa radicalmente as actividades programadas, como a celebração de efemérides das actividades lectivas;
- As actividades não agregam de forma equilibrada componentes disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, adaptadas às características dos alunos;
- Não apresenta a descrição da actividade, com referência aos espaços e aos recursos educativos utilizados na sua concretização, nem a dos objectivos que se pretende atingir com a sua realização;
- Não integra o Plano de Formação, o qual existe de uma forma autónoma;
- Não refere a sua verificação através de relatórios periódicos de execução;
- Não prevê formas de avaliação.

Regulamento Interno (RI)

Tem nota de apresentação e preâmbulo onde refere ser o RI o documento que define o regime de funcionamento da escola.

Apresenta algumas áreas regulamentadas com vista ao melhor funcionamento da Escola, cumprindo desta forma as suas verdadeiras funções (funcionamento da biblioteca, acesso às instalações, zonas de circulação e espaços de permanência, fichas de avaliação/testes).

Prevê a avaliação dos alunos.

Sustenta-se, na generalidade, nos normativos em vigor.

No entanto:

- O RI, como um dos documentos da autonomia da escola, deve estabelecer articulações com os restantes, prevendo-se, por isso, formas de articulação com o PEE e com o PAA;
- Sendo, na generalidade, uma compilação de diversos textos legais, o Regulamento Interno fica aquém do desejado, pois equaciona e previne de uma forma frágil, as especificidades da escola;
- Não estabelece critérios para a distribuição do serviço docente e para a constituição das turmas;

- Não define a forma de participação dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação, no cumprimento da lei.

Projecto Curricular de Escola (PCE)

Parte da elaboração do diagnóstico da escola para definir princípios de orientação curricular.

Enumera as componentes do currículo de carácter transversal: educação para a cidadania, compreensão e expressão em Língua Portuguesa e utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Contempla as seguintes componentes do currículo de carácter transversal: métodos e trabalhos de grupo, tratamento da informação, comunicação e estratégias cognitivas.

Prevê modos e instrumentos diversificados de avaliação.

Apointa para estratégias de diferenciação pedagógica.

Prevê a existência de apoio educativo.

É referida a valorização da evolução do aluno ao longo do 1.º ciclo.

No entanto, constata-se que:

- O PCE como não está articulado com os documentos de autonomia, não cumpre a sua função integradora;

- No fim do documento aparecem os nomes de todos os alunos da escola que recebem apoio educativo, o que não deve acontecer;

- As estratégias de diferenciação pedagógica não são especificadas nem justificadas;

- Não foi observado o modo como a auto-avaliação dos alunos é feita de uma forma regulada;

- Não se percebe, através da leitura do PCE, a relevância atribuída à Língua Portuguesa.

Projecto Curricular de Turma (PCT)

Inclui actividades tendentes a desenvolver conhecimentos, valores e atitudes.

Prevê o recurso a suportes de aprendizagem diversificados.

Apresenta actividades que valorizam a oralidade.

Prevê a utilização de instrumentos de consulta, pesquisa e apoio aos alunos.

Define algumas modalidades e instrumentos de avaliação.

Refere a reformulação e reajustamento em função das necessidades dos alunos.

Prevê a valorização do aluno ao longo do ciclo.

Constata-se, no entanto, que:

- Não é o documento aglutinador de todas as actividades da turma, pelo que não consubstancia efectivamente um projecto;

- A observação dos cadernos diários e das produções dos alunos não evidencia uma articulação com as planificações constantes do PCT;

- Os PCT e as planificações das actividades nele inseridas não contemplam a heterogeneidade da sala de aula, considerando a existência de níveis distintos de aprendizagem;

- Não apresenta um espaço de reflexão sobre a adequação das propostas de aprendizagem à realidade do grupo turma;

- Todos os PCT observados apresentam uma estrutura organizativa que não configura a característica de um projecto.

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

Assembleia de Escola

De acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, “A assembleia é o órgão de participação e representação da comunidade educativa, devendo estar salvaguardada na sua composição a participação de representantes dos docentes, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal não docente e da autarquia local”.

Como órgão representativo da escola e da sua integração na comunidade escolar, foi visível, através, sobretudo, da entrevista com a sua presidente, o seu empenho no relacionamento com a comunidade educativa.

No entanto:

- Este órgão só reuniu uma vez, a 23 de Novembro de 2004;
- Tem sido impossibilitado de cumprir na plenitude as competências que a lei lhe confere, uma vez que a reduzida assiduidade dos membros que a constituem a debilita na sua representatividade.

Conselho Executivo

Este órgão de gestão desempenha as funções que lhe estão cometidas por lei no que diz respeito à elaboração do Regulamento Interno e Plano Anual de Actividades.

Verificou-se, ainda, através da leitura das actas, o cumprimento do estabelecido na lei relativamente à distribuição do serviço docente, bem como à forma de superintender a constituição de turmas e elaboração de horários.

No entanto, e no sentido de permitir uma maior clarificação das funções que competem a cada um dos órgãos de gestão, o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, prevê, no n.º 1 do artigo 52.º, que “É incompatível o desempenho cumulativo de funções como membro do conselho executivo, do conselho pedagógico ou da assembleia”.

Conselho Pedagógico

Verificou-se, através da leitura das actas e demais documentos, para além das entrevistas com o seu presidente e coordenadores de departamento, que este órgão de gestão cumpre o estipulado na lei, no sentido de “definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar” (alínea i) do n.º 1 do artigo 75.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho), quando analisa o PEI e PE dos alunos com regime educativo especial e quando implementa uma organização diferente do apoio educativo através de um projecto próprio.

No entanto, constatou-se que:

- Não foi verificada nas actas a justificação para que a operacionalização dos apoios educativos seja implementada de uma forma diferente;
- No 1.º ciclo, na operacionalização dos apoios educativos, não se verifica a adequação das actividades propostas às necessidades educativas dos alunos, uma vez que as estratégias propostas são idênticas às seguidas até se verificar a necessidade do apoio;
- Os dados constantes do Caderno I, preenchido pela escola, evidenciam o não cumprimento dos programas nas turmas dos 11.º e 12.º anos das disciplinas de Português A e B.

Departamento de Língua Portuguesa e Clássicas

Foram vistos dossiês de turma, do ensino secundário, com material de avaliação do ano anterior, o que garante aos docentes a possibilidade de um melhor conhecimento dos alunos.

No dossiê do departamento foi possível observar um “Projecto de Apoio Educativo”.

Exceptuando o 7.º ano de escolaridade, todos os outros têm planificação anual.

Além dos testes, há um acervo razoável de fichas e outros materiais, com excepção do 5.º ano.

É assegurada a coordenação de procedimentos e de formas de actuação nos domínios pedagógico e de avaliação das aprendizagens.

No entanto:

- As actas confirmam que há um enorme débito de reflexão sobre a escola, a aferição, a prática lectiva, a articulação entre os professores que leccionam o mesmo ano de escolaridade e entre estes e os que leccionam anos diversos;
- O dossiê de departamento não especifica os instrumentos de avaliação, não contendo grelhas/fichas de registo de avaliação diversa;
- As funções que por lei estão cometidas ao departamento não são cumpridas, limitando-se esta estrutura a veicular informação decorrente do Conselho Pedagógico;

- Não tendo sido visível uma reflexão sobre a avaliação, constata-se que a coordenação de procedimentos que está assegurada se limita à organização formal da avaliação.

Conselho dos Directores de Turma

As reuniões de avaliação são objecto de uma preparação prévia.

Existe no dossiê material/fichas podendo servir de suporte à actividade do director de turma.

No entanto, verifica-se que:

- O Conselho dos Directores de Turma limita-se a gerir os “assuntos” correntes, não planificando as actividades e propostas a desenvolver anualmente, não cooperando com outras estruturas de orientação educativa e com os serviços especializados de apoio educativo na gestão adequada de recursos e na adopção de medidas pedagógicas destinadas a melhorar as aprendizagens.

Conselhos de Núcleo

As actas referem os aspectos a ter em conta na elaboração dos Planos Individuais.

Registam a necessidade de adiamentos de matrícula.

No entanto:

- As actas não analisam, não reflectem, não discutem nem apontam estratégias relativas aos alunos como a avaliação, sucesso, apoios educativos e projectos curriculares de turma;

- São demasiado sumárias, preocupando-se em transmitir informações gerais;

- Não constituindo departamento, os educadores reuniram somente duas vezes no ano lectivo de 2004/2005, a 27 de Setembro e 25 de Outubro de 2004. Assim, todo o trabalho de aferição e articulação não se fez.

OUTROS ASPECTOS

Educação pré-escolar

Existem projectos pedagógicos definidos para os grupos.

As estratégias são definidas em função do diagnóstico das crianças.

A caracterização das crianças assenta, na sua essência, nos domínios afectivo e psicossocial.

Na educação pré-escolar existem estratégias/propostas, nas produções observadas, visando desenvolver as competências das crianças no domínio da Língua Portuguesa.

As capas observadas apresentavam um conjunto de actividades diversificadas e realizadas com organização e articulação.

No entanto:

- A linguagem utilizada nos projectos pedagógicos nem sempre é precisa;
- A caracterização das crianças não valoriza, ou valoriza pouco, o domínio das competências;
- Os projectos pedagógicos não prevêm a sua reformulação;
- Não foram observados instrumentos ou registos de progressão das crianças;
- Algumas das produções das crianças observadas, constando das pastas, embora diversificadas, não se ajustam à capacidade de resposta das mesmas;
- Predominam propostas de actividades constantes de fichas comerciais, fotocopiadas.

Produções dos alunos

Os cadernos dos alunos do 1.º ciclo observados apresentam-se corrigidos e datados.

Os dossiês de arquivo dos trabalhos produzidos pelos alunos apresentam-se organizados.

Os cadernos diários observados (5.º, 6.º, 9.º, 11.º e 12.º anos, numa escolha aleatória) apresentam uma organização definida e um registo das actividades realizadas de uma forma ordenada;

Foram observadas, de um modo geral, actividades diversificadas de enriquecimento e de consolidação das aquisições, bem como de sistematização das aprendizagens.

Verificou-se, igualmente, que:

- As propostas de actividades constantes dos cadernos diários dos alunos do 1.º ciclo são pouco criativas, predominando as consideradas repetitivas e rotineiras;

- Os dossiês de arquivo das produções dos alunos são constituídos, na sua essência, por fichas fotocopiadas dos manuais;

- Não foram verificadas, nas produções dos alunos de 1.º ciclo observadas, actividades de sistematização dos conteúdos;

- Não foi observada a existência de actividades de avaliação formativa;

- Não foram observadas actividades criativas, ou de pesquisa, bem como actividades da iniciativa dos alunos;

- No 1.º ciclo verificou-se a sobrevalorização da Língua Portuguesa, Matemática e, por vezes, Estudo do Meio, em detrimento das áreas de expressão.

Livros de Sumários

Contêm termo de abertura.

Contêm o semanário horário da turma.

Identificam os alunos da turma.

Identificam os docentes e as disciplinas que leccionam na turma.

O sumário corresponde ao número da aula e à data.

Existe uniformidade de procedimentos na realização de sumários, relativamente aos blocos de 90 minutos.

Alguns dos sumários observados fazem referência à sistematização de conhecimentos.

No entanto:

- As folhas não estão numeradas nem rubricadas;

- No 1.º ciclo, as áreas de expressão não são valorizadas como áreas com objectivos próprios, surgindo como subsidiárias das restantes áreas;

- Não foi visível, através dos sumários, a articulação curricular ou interdisciplinar;
- Reflectem uma prática lectiva docente centrada no manual;
- Não é feito sumário das aulas de apoio educativo e das de substituição.

Processos Individuais dos Alunos

Os processos individuais cumprem o estipulado na lei relativamente aos documentos que dele devem fazer parte.

Quando contêm PEI e PE, estes são elaborados no cumprimento do estabelecido na lei.

Observaram-se relatórios de execução no caso de alunos com necessidades educativas especiais.

Foram observados registos de contactos com os encarregados de educação.

Por outro lado:

- Não foram visíveis registos diversificados de auto-avaliação;
- Existem registos de avaliação trimestral não validados com a assinatura do órgão de gestão, ou em quem este delegasse essa competência;
- Não está definido o que se considera registos significativos dos alunos.

Avaliação

A Escola tem um dossiê de avaliação organizado, onde constam as planificações e as percentagens de avaliação.

Os grupos têm definidos os diversos modos e instrumentos de avaliação.

À excepção de Educação Visual e Tecnológica, que justifica a situação, os grupos têm as percentagens da avaliação definidas, em consonância com o aprovado em Conselho Pedagógico.

No entanto, verificou-se que:

- A observação do dossiê de avaliação permite constatar que parece ainda existir alguma confusão entre formas, instrumentos, parâmetros e critérios de avaliação;

- Só dois departamentos fazem reflectir na avaliação a sua preocupação com a competência na língua materna, o de Ciências da Natureza e Matemática e Físico-Química;

- Não foi observada qualquer referência à avaliação na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico.

B. RECOMENDAÇÕES

- A composição e as competências da **Assembleia de Escola** fazem deste órgão um centro ideal de discussão, reforçando a sua componente supra-representativa na vida da escola.

A Assembleia de Escola deve assumir as funções que a lei lhe confere, afirmando-se como um órgão aglutinador entre a escola e o meio.

- O **Conselho Executivo** deve executar as medidas da competência do Conselho Pedagógico, no sentido de “elaborar o plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente, em articulação com o respectivo centro de formação (...) e acompanhar a respectiva execução”; “promover práticas continuadas de auto-avaliação da escola e reflectir as suas conclusões nos documentos orientadores relevantes”, previstas nas alíneas f) e q) do n.º 1 do artigo 75.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho.
- A nova organização do apoio educativo deve ser, no final do ano, avaliada na sua operacionalidade, por forma a introduzir as modificações necessárias, se for caso disso.
- A autorização, por parte do encarregado de educação, para que o seu educando frequente as aulas de apoio educativo pode ser um contributo importante para a colaboração deste com os docentes da Escola, no sentido de ser avaliada a progressão educativa do aluno e a qualidade do sucesso.

- O **Conselho Pedagógico** deve ter em atenção o cumprimento dos programas de modo a que, no ano seguinte, sejam implementadas formas de colmatar as dificuldades decorrentes de um ano escolar com um acompanhamento docente menos regular.
- Para a elaboração de um diagnóstico da Escola, como primeiro passo para a elaboração do **PEE**, a EBI/S das Flores pode considerar os dados recolhidos no Caderno I da Auditoria e/ou actualizá-lo.
- O **PEE** deve ter em conta que os valores relativos ao comportamento social escolhidos pela Escola, liberdade, responsabilidade e solidariedade, não devem esquecer formas de interligação com os valores educativos, para se conseguir uma verdadeira escola *inclusiva*.
- O órgão de administração e gestão e as estruturas pedagógicas da unidade orgânica devem prever a avaliação anual do **PEE**.
- O PAA e o PCE devem estar articulados com o **PEE**.
- O **PEE** deve implementar e valorizar a transversalidade da Língua Portuguesa de uma forma articulada e organizada.
- O **PAA** deve ser elaborado em articulação com os princípios constantes no PEE.
- O **PAA** deve definir finalidades e objectivos na dimensão que lhe é própria, valorizando sempre a vertente curricular das actividades.
- Este documento deve promover uma maior articulação horizontal (departamentos e núcleos) e vertical (ciclos) numa perspectiva de afirmação de escola na sua dimensão de Escola Básica Integrada.

- O **PAA** deve ser um documento articulado com o PEE e deve obedecer à estrutura organizativa de introdução, desenvolvimento e conclusão, definindo finalidades e objectivos.
- O **PAA** deve registar a data da sua aprovação e prever a sua avaliação.
- O **Regulamento Interno** deve combinar, de forma adequada, direitos e deveres, sem que isso se traduza numa mera transcrição dos normativos legais existentes, sem atender às especificidades da Escola.
- Os objectivos implícitos no **RI** devem adequar-se aos princípios orientadores/finalidades /objectivos formulados no PEE.
- O Regulamento Interno deve contemplar a avaliação de uma forma precisa e rigorosa.
- O Regulamento Interno deve evidenciar a preocupação em regulamentar o funcionamento interno da Escola com vista a prevenir situações e responder às especificidades da mesma.
- Deve definir a forma de participação dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação, em cumprimento do estipulado na lei.
- O **Projecto Curricular de Escola** (PCE) deverá apresentar a sua operacionalização, mais do que fazer uma caracterização da escola e traçar objectivos (atribuições do Projecto Educativo de Escola).
- Deve ser uma referência para os Projectos Curriculares de Turma.
- Deverá operacionalizar as componentes do currículo de carácter transversal que enumera: educação para a cidadania, compreensão e expressão em língua portuguesa e utilização das tecnologias de informação e comunicação.

- O **PCE** deve ser elaborado tendo em conta a articulação com os demais documentos orientadores da acção educativa, a fim de oferecer subsídios para a operacionalização do PCT.
- Uma matriz orientadora para a elaboração do **Projecto Curricular de Turma** (PCT) poderá ser um documento a ter em conta.
- O **PCT** deve ser um documento onde é possível prever e executar a articulação curricular/interdisciplinar, de forma objectiva, com um espaço de reformulação e reajustamento em função das necessidades dos alunos.
- O **PCT** deve articular o diagnóstico das dificuldades detectadas nos alunos com as actividades propostas, utilizando uma terminologia actualizada e evidenciando o conhecimento da legislação em vigor.
- O **PCT** deve conter documentos próprios, especificando os momentos de auto-avaliação.
- O **PCT** deve evidenciar a valorização do percurso do aluno ao longo da sua vida escolar.
- O **Departamento de Língua Portuguesa e Clássicas** deve aferir e articular o trabalho entre todos os professores de Língua Portuguesa.
- Este departamento deve reflectir com os educadores e com os professores do 1.º ciclo, tendo em vista um trabalho sustentado, progressivo, em direcção aos mesmos objectivos.
- Os professores de Língua Portuguesa deveriam concertar com os outros professores os aspectos mais importantes da terminologia com que se lida na Escola, bem como os parâmetros de exigência de correcção e clareza a que os alunos deverão corresponder.

- Discutir, a nível do departamento, as acções de formação que melhor se adaptem às necessidades dos docentes.
- A Escola deve estudar e operacionalizar a forma de integração dos educadores e docentes do 1.º ciclo na organização curricular da mesma.
- A Escola deve, igualmente, debruçar-se sobre o alargamento da periodicidade das reuniões, facultando a articulação horizontal e vertical que se deseja.
- Juntamente com os outros departamentos, deve ser operacionalizado de forma eficaz o apoio educativo, caracterizando as necessidades específicas dos alunos, por forma a aplicar as estratégias e os métodos mais eficazes.
- O **Conselho dos Directores de Turma** deve assumir as funções estipuladas nos normativos legais, nomeadamente no que diz respeito à promoção do trabalho cooperativo entre professores e destes com os alunos.
- O **Conselho de Núcleo** deve ter em conta as funções previstas no artigo 83.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho.
- As actas das reuniões deste órgão deverão espelhar o seu funcionamento, tendo em vista as funções do mesmo.
- Relativamente à observação das produções realizadas no âmbito da **Educação pré-escolar**, os projectos pedagógicos devem ser entendidos como documentos de trabalho, nunca acabados, sendo prevista a sua reformulação.
- Deve ser valorizada a caracterização das crianças, incluindo as várias dimensões subjacentes ao desenvolvimento de competências.
- Devem ser registados e valorizados os registos de progressão das crianças.

- As propostas de actividades devem ser adequadas à capacidade de resposta das crianças, considerando a individualização.
- As fotocópias de manuais deverão ser alvo de um maior cuidado na sua apresentação, enquanto propostas de actividades para as crianças, devendo ser controladas as actividades com base em fichas comerciais.
- A linguagem utilizada deverá ser precisa por forma a tornar clara a apreciação que é feita à criança, não só na sua caracterização, como na sua avaliação.
- Relativamente às **produções dos alunos** observadas, devem ser valorizadas formas de avaliação e actividades de carácter formativo.
- Deve ser controlada a produção de materiais fotocopiados.
- Deve ser dada maior atenção à correcção das produções dos alunos, considerando a faixa etária e o ano de escolaridade.
- Deve ser controlada a clareza da grafia do docente, sobretudo nos anos de iniciação.
- O uso do corrector deve ser substituído por outras formas de reescrita.
- A escola deve empenhar-se na valorização das diferentes áreas curriculares, com vista a uma aprendizagem dinâmica activa e significativa.
- A forma de preenchimento dos **livros de sumários** deve contemplar a sua característica de livro oficial, devendo, ao mesmo tempo, reflectir convenientemente a realização das actividades lectivas.
- Os **processos individuais dos alunos** devem ser elaborados no cumprimento do estabelecido no n.º 4 do artigo 6.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro.

- Por iniciativa do Conselho Pedagógico, os departamentos deverão proceder a uma reflexão sobre a **avaliação**, como instrumento fundamental do ensino/aprendizagem, por forma a que planificação, competências/objectivos, bem como instrumentos, parâmetros, critérios e instrumentos sejam contemplados.
- Nessa reflexão dever-se-á enquadrar devidamente a Língua Portuguesa.
- A Escola deve implementar a avaliação formativa “(...) com valorização dos processos de auto-avaliação regulada, e da sua articulação com os momentos de avaliação sumativa”, de acordo com o estipulado na alínea c) do artigo 4.º do Anexo à Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro.
- A Escola deve valorizar a evolução do aluno ao longo de cada ciclo e diversificar os intervenientes no processo de avaliação, de acordo com o disposto nas alíneas d) e f) do artigo 4.º do mesmo diploma.

A equipa inspectiva

Maria Filomena Medeiros (coordenadora)

Maria Amélia Campos

Maria Guiomar Lopes

Paulo Jorge Pereira

ANEXOS

Legendas/gráficos

NÍVEL PROFISSIONAL DAS FAMÍLIAS

A	Agricultores e pescadores independentes
B	Empresário da indústria ou comércio.
C	Quadro técnico
D	Empregado do comércio e serviços
E	Trabalhador de construção civil
F	Trabalhador agrícola ou da pesca
G	Serviços pessoais/domésticos
H	Professor
I	Militar
J	Doméstica
L	Serviços temporários
M	Desempregados
N	Reformados
O	Outros

1. NÍVEL DE SATISFAÇÃO

3 – sempre;

2 – bastantes vezes;

1 – nunca.

Docentes

1	Sinto-me integrado numa equipa
2	Quando preciso usar recursos audiovisuais, informáticos ou outros é fácil resolver a situação
3	A minha relação com os Serviços de Administração Escolar é amistosa e cordial
4	Sinto que os meus colegas confiam no meu trabalho
5	Os meus colegas reconhecem o meu desempenho profissional
6	A direcção da escola é muito importante
7	As regras de funcionamento são claras e justas
8	O sucesso dos alunos é a nossa preocupação e os resultados estão à vista
9	Mesmo que pudesse, não mudava de escola

Alunos

1	A escola ajudou-me a escolher a área de estudos
2	Os meus professores expõem a matéria com clareza e tiram as minhas dúvidas
3	Os serviços de apoio e administrativos da escola funcionam de acordo com as minhas necessidades
4	Os funcionários da escola manifestam disposição para me ajudar quando preciso
5	Os alunos, de um modo geral, colaboram para melhorar o tempo passado na escola
6	Os alunos são informados com antecedência sobre tudo o que lhes interessa e diz respeito à vida da escola
7	A minha escola é divertida
8	A escola é exigente
9	Mesmo que pudesse não mudava de escola

Pessoal não docente

1	Os colegas de trabalho ajudam-se uns aos outros
2	Quando desempenho uma tarefa, sinto-me protegido pelo meu superior hierárquico
3	A organização do trabalho depende também das minhas sugestões
4	Os professores e os alunos da escola respeitam o meu trabalho
5	Quando não concordo, não tenho problema em fazer sugestões
6	Os alunos da escola respeitam o meu trabalho
7	Gostava de fazer outras coisas na escola
8	Acho que estou a trabalhar no lugar certo

Pais e encarregados de educação

1	A escola do meu educando inspira-me confiança
2	É fácil contactar com o DT ou o CE da escola do meu educando
3	Os professores são exigentes
4	Os serviços de apoio (cantina, bar) e o pessoal não docente satisfazem as necessidades do meu educando
5	De facto, o meu educando aprende nesta escola
6	A escola envia-me toda a informação sobre as suas actividades
7	As reuniões da escola são úteis
8	O meu educando está em segurança
9	Mesmo que pudesse, não mudaria o meu educando para outra escola

2. NÍVEL DE QUALIDADE E BEM-ESTAR

- 3 – sempre;
2 – bastantes vezes;
1 – nunca.

Docentes/Alunos/Não docentes

1	A escola vista de fora tem um aspecto cuidado
2	Os espaços em volta do edifício são bonitos, bem tratados
3	Quando se entra na escola “cheira” a limpeza
4	Há muita gente, mas a escola é sossegada
5	As salas de aula são acolhedoras e com graça
6	As salas são claras e bem iluminadas
7	Mesas e cadeiras são confortáveis
8	Todo o equipamento está bem conservado
9	Material que se estraga, material que se arranja
10	A nossa sala de convívio é um lugar confortável
11	Os recreios são amplos e agradáveis
12	A escola é nossa e serve os outros também

3. PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

- 3 – sempre;
2 – bastantes vezes;
1 – nunca.

Docentes

A	Distribuição do serviço docente
B	Seleção e definição dos objectivos de orientação curricular da escola
C	Avaliação das aprendizagens: processos, instrumentos e resultados dos alunos
D	Gestão dos programas curriculares
E	Metodologias de ensino
F	Seleção de manuais escolares
G	Planificação e organização de visitas de estudo
H	Planificação e organização de festas e actividades culturais
I	Projecto educativo da escola

J	Plano anual da escola
L	Critérios de formação de turmas
M	Calendarização das reuniões
N	Organização do regulamento interno
O	Gestão dos espaços físicos
P	Projecto de orçamento da escola
Q	Elaboração e gestão do orçamento do grupo
R	Aquisição de recursos materiais/equipamentos
S	Questões de ordem disciplinar
T	Organização de acções de formação

Alunos

A	Organização do regulamento interno
B	Organização de actividades de tempos livres
C	Questões de ordem disciplinar
D	Elaboração do projecto educativo
E	Elaboração do plano anual da escola
F	Objectivos a atingir ao longo do ano
G	Programação e organização das visitas de estudo
H	Programação e organização de actividades culturais
I	Horários de funcionamento dos serviços da escola (papellaria, secretaria...)

Não docentes

A	Distribuição de serviço
B	Organização das escalas de serviço
G	Eleição dos seus representantes no Conselho Executivo
H	Segurança das instalações
I	Distribuição dos espaços físicos (sala de funcionários, gabinete do chefe dos serviços ...)
J	Elaboração de um plano de actividades de formação
L	Elaboração do orçamento (nas rubricas que lhes podem dizer respeito tais como aquisição de fardamento, artigos de limpeza, etc.)
M	Classificação de serviço

Pais e encarregados de educação

A	O regulamento interno da escola
B	O projecto educativo da escola
C	O plano de actividades culturais e desportivas
D	As questões disciplinares e de comportamento dos alunos em geral
E	As questões disciplinares e de comportamento do seu educando
F	As questões relativas ao aproveitamento escolar dos alunos em geral
G	As questões relativas ao aproveitamento escolar do seu educando
H	Criação e organização da Associação de Pais
I	As questões de segurança da escola
J	Organização do calendário escolar

5. COOPERAÇÃO ENTRE PROFESSORES

3 – sempre;

2 – bastantes vezes;

1 – nunca.

1	Apoio a colegas menos experientes
2	Preparação de aulas sobre novas matérias
3	Discussão de problemas de integração
4	Preparação de reuniões de pais
5	Construção de materiais de ensino
6	Elaboração de fichas de avaliação
7	Organização de actividades culturais
8	Preparação de reuniões com entidades exteriores à escola
9	Organização de apoios e complementos educativos
10	Colaboração com profs. de outros ciclos de escolaridade
11	Discussão do aproveitamento dos alunos
12	Discussão de questões disciplinares e de comportamentos dos alunos
13	Discussão de estratégias a adoptar para alunos com problemas
14	Realização de experiências pedagógicas
15	Discussão de problemas da condição docente
16	Formulação de objectivos pedagógicos para a sua disciplina
17	Definição de objectivos pedagógicos para a turma
18	Planificação de várias unidades programáticas
19	Organização de projectos e iniciativas
20	Análise dos aspectos positivos e negativos do funcionamento da escola